



OP-050AB-20
CÓD.: 7891182032100

Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros do Estado de Sergipe

**Professor de Educação Básica –
Educação Infantil e Ensino Fundamental**

Língua Portuguesa

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	01
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	02
3 Domínio da ortografia oficial.	03
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	06
5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras.	07
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	22
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.	28
5.5 Concordância verbal e nominal.	30
5.6 Regência verbal e nominal.	35
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.	39
5.8 Colocação dos pronomes átonos.	41
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.	42
6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	45

Raciocínio Lógico Quantitativo

1 Estruturas lógicas.....	01
2 Lógica de argumentação.	04
3 Diagramas lógicos.....	08
4 Aritmética.	12
5 Leitura e interpretação de tabelas e gráficos.....	16

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Município de Barra dos Coqueiros

1 Política, religião, economia, cultura, esporte, educação	01
2 História do município	10
Poderes Executivo e Legislativo.....	12
Símbolos Municipais	23
Limites Geográficos	23
População.....	25
Aspectos Econômicos	27

Legislação

Prezado Candidato, devido ao formato do material, disponibilizaremos o conteúdo para consulta na íntegra em nosso site eletrônico, conforme segue:

<https://www.apostilasopcao.com.br/retificacoes>

Pedagogia

1 História do pensamento pedagógico brasileiro.	01
1.1 teoria da educação, diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro.	03
2 A didática e o processo de ensino e aprendizagem. Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação.	04
A sala de aula como espaço de aprendizagem e interação.	06
A didática como fundamento epistemológico do fazer docente.	09
A importância da tecnologia no processo educativo.	13
3 Concepções de aprendizagem e suas implicações na prática pedagógica contemporânea.	16
3.1 Inatismo, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo, cognitivismo, sociointeracionismo. ...	20
As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem. As contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e pedagogia.	21
A teoria das inteligências múltiplas de Gardner.	25
4 Psicologia do desenvolvimento. 4.1 Aspectos históricos e biopsicossociais.	27
5 Temas contemporâneos. 5.1 Bullying; o papel da escola; a escolha da profissão; transtornos alimentares na adolescência; família; escolhas sexuais.	38
6 Avaliação do processo ensino aprendizagem.	46
6.1 Análise conceitual e novas perspectivas emancipatórias.	47
6.2 A dimensão sociopolítica da avaliação pedagógica.	47
7 Teorias do currículo. Concepções de currículo.	49
8 Acesso, permanência e sucesso do aluno na escola. Evasão escolar: causas e consequências.	61
9 Gestão da aprendizagem. Planejamento e gestão educacional. Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem.	64
10 O professor: formação e profissão.	66
11 Competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.	69

Temas Educacionais e Pedagógicos

1 Planejamento e organização do trabalho pedagógico. 1.1 Processo de planejamento. 1.1.1 Concepção, importância, dimensões e níveis. 1.2 Planejamento participativo. 1.2.1 Concepção, construção, acompanhamento e avaliação. 1.3 Planejamento escolar. 1.3.1 Planos da escola, do ensino e da aula.	01
2 Currículo do proposto à prática.	05
3 Tecnologias da Informação e comunicação na educação.	10
4 Educação a distância.	15
5 Educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos.	17
6 Educação integral.	25
7 Educação do campo.	31
8 Educação ambiental.	34
9 Fundamentos legais da Educação especial/inclusiva e o papel do professor.	35
10 Educação/sociedade e prática escolar.	51
11 Tendências pedagógicas na prática escolar.	57
12 Didática e prática histórico-cultural. 13 A didática na formação do professor.	58
14 Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas.	67
15 Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada.	73
16 Processo ensino-aprendizagem.	75
17 Relação professor/aluno.	79
18 Compromisso social e ético do professor.	82

19 Componentes do processo de ensino. 19.1 Objetivos; conteúdos; métodos; estratégias pedagógicas e meios.	94
20 Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento.	95
21 Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas.	100
22 O papel políticopedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar. 22.1 Função histórico-cultural da escola. 22.2 Escola. 22.2.1 Comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural.	101
23 Projeto político-pedagógico da escola. 23.1 Concepção, princípios e eixos norteadores.	103
24 Políticas Públicas para a Educação Básica.	109
25 Gestão Democrática.	112



AVISO IMPORTANTE



A Apostilas Opção **não** está vinculada as organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material **não** garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública.



Sua Apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada.



Alterações e Retificações após a divulgação do Edital estarão disponíveis em **Nosso Site** na **Versão Digital**.



Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: <https://www.apostilasopcao.com.br/contatos.php>, com retorno do Professor no prazo de até **05 dias úteis**.



PIRATARIA É CRIME: É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.



CONTEÚDO EXTRA

Aqui você vai saber tudo sobre o Conteúdo Extra Online



Para acessar o **Conteúdo Extra Online** (*vídeoaulas, testes e dicas*) digite em seu navegador: www.apostilasopcao.com.br/extra



O **Conteúdo Extra Online** é apenas um material de apoio complementar aos seus estudos.



O **Conteúdo Extra Online** **não** é elaborado de acordo com Edital da sua Apostila.



O **Conteúdo Extra Online** foi tirado de diversas fontes da internet e **não** foi revisado.



A Apostilas Opção **não** se responsabiliza pelo **Conteúdo Extra Online**.

LÍNGUA PORTUGUESA

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	01
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	02
3 Domínio da ortografia oficial.	03
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.	06
5 Domínio da estrutura morfosintática do período. 5.1 Emprego das classes de palavras.	07
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	22
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.	28
5.5 Concordância verbal e nominal.	30
5.6 Regência verbal e nominal.	35
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.	39
5.8 Colocação dos pronomes átonos.	41
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.	42
6.1 Significação das palavras. 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	45

1 COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto – comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

Interpretação de texto - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias - ou fundamentações -, as argumentações - ou explicações -, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato deve:

1- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).

2- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.

3- **Comentar**/relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade.

4- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.

5- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários:

- Conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;

- Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;

Observação – na semântica (significado das palavras) incluem-se: *homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem*, entre outros.

- Capacidade de observação e de síntese;

- Capacidade de raciocínio.

Interpretar / Compreender

Interpretar significa:

- *Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.*

- *Através do texto, infere-se que...*

- *É possível deduzir que...*

- *O autor permite concluir que...*

- *Qual é a intenção do autor ao afirmar que...*

Compreender significa

- *entendimento, atenção ao que realmente está escrito.*

- *o texto diz que...*

- *é sugerido pelo autor que...*

- *de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...*

- *o narrador afirma...*

Erros de interpretação

- **Extrapolação** (“*viagem*”) = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

- **Redução** = é o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.

- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

Observação - Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

Observação – São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

- *que* (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

- *qual* (neutro) idem ao anterior.

- *quem* (pessoa)

- *cujo* (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

- *como* (modo)

- *onde* (lugar)

- *quando* (tempo)

- *quanto* (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*

- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.

- Leia, leia bem, leia profundamente, ou seja, leia o texto, pelo menos, duas vezes – *ou quantas forem necessárias.*

- *Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).*

- **Volte ao texto quantas vezes precisar.**

- Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.
- Fragmento o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.

- Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.

- O autor defende ideias e você deve percebê-las.
- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.

- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.

- Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!

- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.

- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

Fontes de pesquisa:

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>

<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>

<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>

QUESTÕES

1-) (SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – TÉCNICO EM ELETRÔNICA – IADES/2014)

Gratuidades

Crianças com até cinco anos de idade e adultos com mais de 65 anos de idade têm acesso livre ao Metrô-DF. Para os menores, é exigida a certidão de nascimento e, para os idosos, a carteira de identidade. Basta apresentar um documento de identificação aos funcionários posicionados no bloqueio de acesso.

Disponível em: <<http://www.metro.df.gov.br/estacoes/gratuidades.html>> Acesso em: 3/3/2014, com adaptações.

Conforme a mensagem do primeiro período do texto, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as crianças com até cinco anos de idade e os adultos com 65 anos em diante têm acesso livre ao Metrô-DF.

(B) Apenas as crianças de cinco anos de idade e os adultos com mais de 65 anos têm acesso livre ao Metrô-DF.

(C) Somente crianças com, no máximo, cinco anos de idade e adultos com, no mínimo, 66 anos têm acesso livre ao Metrô-DF.

(D) Somente crianças e adultos, respectivamente, com cinco anos de idade e com 66 anos em diante, têm acesso livre ao Metrô-DF.

(E) Apenas crianças e adultos, respectivamente, com até cinco anos de idade e com 65 anos em diante, têm acesso livre ao Metrô-DF.

1-) Dentre as alternativas apresentadas, a única que condiz com as informações expostas no texto é “Somente crianças com, no máximo, cinco anos de idade e adultos com, no mínimo, 66 anos têm acesso livre ao Metrô-DF”.

RESPOSTA: “C”.

2-) (SUSAM/AM – TÉCNICO (DIREITO) – FGV/2014 - adaptada)
“Se alguém que é gay procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-lo?” a declaração do Papa Francisco, pronunciada durante uma entrevista à imprensa no final de sua visita ao Brasil, ecoou como um trovão mundo afora. Nela existe mais forma que substância – mas a forma conta”. (...)

(Axé Silva, O Mundo, setembro 2013)

O texto nos diz que a declaração do Papa ecoou como um trovão mundo afora. Essa comparação traz em si mesma dois sentidos, que são

(A) o barulho e a propagação.

(B) a propagação e o perigo.

(C) o perigo e o poder.

(D) o poder e a energia.

(E) a energia e o barulho.

2-) Ao comparar a declaração do Papa Francisco a um trovão, provavelmente a intenção do autor foi a de mostrar o “barulho” que ela causou e sua propagação mundo afora. Você pode responder à questão por eliminação: a segunda opção das alternativas relaciona-se a “mundo afora”, ou seja, que se propaga, espalha. Assim, sobraria apenas a alternativa A!

RESPOSTA: “A”.

3-) (SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – IADES/2014 - adaptada)

Concha Acústica

Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), está a Concha Acústica do DF. Projetada por Oscar Niemeyer, foi inaugurada oficialmente em 1969 e doada pela Terracap à Fundação Cultural de Brasília (hoje Secretaria de Cultura), destinada a espetáculos ao ar livre. Foi o primeiro grande palco da cidade.

Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/nossa-cultura/concha-acustica.html>>. Acesso em: 21/3/2014, com adaptações.

Assinale a alternativa que apresenta uma mensagem compatível com o texto.

(A) A Concha Acústica do DF, que foi projetada por Oscar Niemeyer, está localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte.

(B) Oscar Niemeyer projetou a Concha Acústica do DF em 1969.

(C) Oscar Niemeyer doou a Concha Acústica ao que hoje é a Secretaria de Cultura do DF.

(D) A Terracap transformou-se na Secretaria de Cultura do DF.

(E) A Concha Acústica foi o primeiro palco de Brasília.

3-) Recorramos ao texto: “Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), está a Concha Acústica do DF. Projetada por Oscar Niemeyer”. As informações contidas nas demais alternativas são incoerentes com o texto.

RESPOSTA: “A”.

2 RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.

As tipologias textuais, são as diferentes formas que um texto pode apresentar, a fim de responder os diferentes propósitos comunicativos.

Os aspectos que constituem um texto são diferentes de acordo com a finalidade do texto: contar, descrever, argumentar, informar, etc.

Cada tipo de texto apresenta diferentes características: estrutura, construções frásicas, linguagem, vocabulário, tempos verbais, relações lógicas e modo de interação com o leitor.

Temos os seguintes tipos textuais:

Texto dissertativo (expositivo e argumentativo);

Texto narrativo;

Texto descritivo.

Dissertação

É um tipo de texto argumentativo que expõe um tema, avalia, classifica e analisa. Há predomínio da linguagem objetiva, com a finalidade de defender um argumento, através da apresentação de uma tese que será defendida, o desenvolvimento ou argumentação e o fechamento. Na dissertação prevalece a linguagem objetiva e a denotação.

Os textos dissertativos podem ser expositivos ou argumentativos. Um texto dissertativo-expositivo visa apenas expor um ponto de vista, não havendo a necessidade de convencer o leitor. Já o texto dissertativo-argumentativo visa persuadir e convencer o leitor a concordar com a tese defendida.

Exemplos de texto dissertativo-expositivo: enciclopédias, resumos escolares, jornais e verbetes de dicionário.

Exemplos de texto dissertativo-argumentativo: artigos de opinião, abaixo-assinados, manifestos e sermões.

“Tem havido muitos debates em torno da ineficiência do sistema educacional do Brasil. Ainda não se definiu, entretanto, uma ação nacional de reestruturação do processo educativo, desde a base ao ensino superior.”

Narração

A narração é um tipo de texto sequencial que expõe um fato, relaciona mudanças de situação e aponta antes, durante e depois dos acontecimentos. Há presença de narrador, personagens, enredo, tempo e cenário. A apresentação do conflito é feita através do uso de verbos de ação, geralmente mesclada com descrições e diálogo direto.

Exemplos: romances, contos, fábulas, depoimentos e relatos.

“Numa tarde de primavera, a moça caminhava a passos largos em direção ao convento. Lá estariam a sua espera o irmão e a tia Dalva, a quem muito estimava. O problema era seu atraso e o medo de não mais ser esperada...”

Descrição

Descrição serve para expor características das coisas ou dos seres pela apresentação de uma visão. Trata-se de um texto figurativo que retrata pessoas, objetos ou ambientes com predomínio de atributos. O uso de verbos de ligação, frequente emprego de metáforas, comparações e outras figuras de linguagem são utilizados para ter como resultado a imagem física ou psicológica.

Exemplos: folhetos turísticos, cardápios de restaurantes e classificados.

“Seu rosto era claro e estava iluminado pelos belos olhos azuis e contentes. Aquele sorriso aberto recepcionava com simpatia a qualquer saudação, ainda que as bochechas corassem ao menor elogio. Assim era aquele rostinho de menina-moça da adorável Dorinha.”

Tipologia Textual

Texto Literário: expressa a opinião pessoal do autor que também é transmitida através de figuras, impregnado de subjetivismo. Ex.: um romance, um conto, uma poesia... (Conotação, Figurado, Subjetivo, Pessoal).

Texto não-literário: preocupa-se em transmitir uma mensagem da forma mais clara e objetiva possível. Ex.: uma notícia de jornal, uma bula de medicamento. (Denotação, Claro, Objetivo, Informativo).

3 DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.

A ortografia é a parte da Fonologia que trata da correta grafia das palavras. É ela quem ordena qual som devem ter as letras do alfabeto. Os vocábulos de uma língua são grafados segundo acordos ortográficos.

A maneira mais simples, prática e objetiva de aprender ortografia é realizar muitos exercícios, ver as palavras, familiarizando-se com elas. O conhecimento das regras é necessário, mas não basta, pois há inúmeras exceções e, em alguns casos, há necessidade de conhecimento de etimologia (origem da palavra).

Regras ortográficas

O fonema s

S e não C/Ç

palavras substantivadas derivadas de verbos com radicais em **nd, rg, rt, pel, corr e sent**: *pretender - pretensão / expandir - expansão / ascender - ascensão / inverter - inversão / aspergir - aspersão / submergir - submersão / divertir - diversão / impelir - impulsivo / compelir - compulsório / repelir - repulsa / recorrer - recurso / discorrer - discurso / sentir - sensível / consentir - consensual.*

SS e não C e Ç

nomes derivados dos verbos cujos radicais terminem em **gred, ced, prim** ou com verbos terminados por **tir** ou **-meter**: *agredir - agressivo / imprimir - impressão / admitir - admissão / ceder - cessão / exceder - excesso / percutir - percussão / regredir - regressão / oprimir - opressão / comprometer - compromisso / submeter - submissão.*

*quando o prefixo termina com vogal que se junta com a palavra iniciada por “s”. Exemplos: *a + simétrico - assimétrico / re + surgir - ressurgir.*

*no pretérito imperfeito simples do subjuntivo. Exemplos: *fi-casse, falasse.*

C ou Ç e não S e SS

vocábulos de origem árabe: *cetim, açucena, açúcar.*

vocábulos de origem tupi, africana ou exótica: *cipó, Juçara, cacula, cachaça, cacique.*

sufixos **aça, aço, ação, çar, ecer, içã, nça, uça, uçu, uço**: *barcaça, ricaço, aguçar, empalidecer, carniça, caniço, esperança, carapuça, dentuço.*

nomes derivados do verbo **ter**: *abster - abstenção / deter - detenção / ater - atenção / reter - retenção.*

após ditongos: *foice, coice, traição.*

palavras derivadas de outras terminadas em **-te, to(r)**: *mar-te - marciano / infrator - infração / absorto - absorção.*

O fonema z**S e não Z**

sufixos: **ês, esa, esia**, e **isa**, quando o radical é substantivo, ou em gentílicos e títulos nobiliárquicos: *freguês, freguesa, freguesia, poetisa, baronesa, princesa*.

sufixos gregos: **ase, ese, ise** e **ose**: *catequese, metamorfose*.

formas verbais **pôr** e **querer**: *pôs, pus, quisera, quis, quiseste*.

nomes derivados de verbos com radicais terminados em **“d”**: *aludir - alusão / decidir - decisão / empreender - empresa / difundir - difusão*.

diminutivos cujos radicais terminam com **“s”**: *Luis - Luisinho / Rosa - Rosinha / lápis - lapisinho*.

após ditongos: *coisa, pausa, pouso, causa*.

verbos derivados de nomes cujo radical termina com **“s”**: *análise + ar - analisar / pesquis(a) + ar - pesquisar*.

Z e não S

sufixos **“ez”** e **“eza”** das palavras derivadas de adjetivo: *macio - maciez / rico - riqueza / belo - beleza*.

sufixos **“izar”** (desde que o radical da palavra de origem não termine com s): *final - finalizar / concreto - concretizar*.

consoante de ligação se o radical não terminar com **“s”**: *pé + inho - pezinho / café + al - cafezal*

Exceção: *lápiz + inho - lapisinho*.

O fonema j**G e não J**

palavras de **origem grega ou árabe**: *tigela, girafa, gesso*.

estrangeirismo, cuja letra G é originária: *sargento, gim*.

terminações: **agem, igem, ugem, ege, oge** (com poucas exceções): *imagem, vertigem, penugem, bege, foge*.

Exceção: *pajem*.

terminações: **ágio, égio, ígio, ógio, ugio**: *sortilégio, litígio, relógio, refúgio*.

verbos terminados em **ger/gir**: *emergir, eleger, fugir, mugir*.

depois da letra **“r”** com poucas exceções: *emergir, surgir*.

depois da letra **“a”**, desde que não seja radical terminado com j: *ágil, agente*.

J e não G

palavras de origem latinas: *jeito, majestade, hoje*.

palavras de origem árabe, africana ou exótica: *jiboia, manjerona*.

palavras terminadas com **aje**: *ultraje*.

O fonema ch**X e não CH**

palavras de origem tupi, africana ou exótica: *abacaxi, xucro*.

palavras de origem inglesa e espanhola: *xampu, lagartixa*.

depois de ditongo: *frouxo, feixe*.

depois de **“en”**: *enxurrada, enxada, enxoval*.

Exceção: quando a palavra de origem não derive de outra iniciada com ch - *Cheio - (enchente)*

CH e não X

palavras de origem estrangeira: *chave, chumbo, chassi, mochila, espadachim, chope, sanduíche, salsicha*.

As letras “e” e “i”

Ditongos nasais são escritos com **“e”**: *mãe, põem*. Com **“i”**, só o ditongo interno *cãibra*.

verbos que apresentam infinitivo em **-oar, -uar** são escritos com **“e”**: *caçoe, perdoe, tumultue*. Escrevemos com **“i”**, os verbos com infinitivo em **-air, -oer** e **-uir**: *trai, dói, possui, contribui*.

* **Atenção** para as palavras que mudam de sentido quando substituímos a grafia **“e”** pela grafia **“i”**: *área (superfície), ária (melodia) / delatar (denunciar), dilatar (expandir) / emergir (vir à tona), imergir (mergulhar) / peão (de estância, que anda a pé), pião (brinquedo)*.

*** Dica:**

- Se o dicionário ainda deixar dúvida quanto à ortografia de uma palavra, há a possibilidade de consultar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), elaborado pela Academia Brasileira de Letras. É uma obra de referência até mesmo para a criação de dicionários, pois traz a grafia atualizada das palavras (sem o significado). Na Internet, o endereço é www.academia.org.br.

Informações importantes

- Formas variantes são formas duplas ou múltiplas, equivalentes: *aluguel/aluguer, relampejar/relampear/relampar/relampadar*.

- Os símbolos das unidades de medida são escritos sem ponto, com letra minúscula e sem **“s”** para indicar plural, sem espaço entre o algarismo e o símbolo: *2kg, 20km, 120km/h*.

Exceção para litro (L): *2 L, 150 L*.

- Na indicação de horas, minutos e segundos, não deve haver espaço entre o algarismo e o símbolo: *14h, 22h30min, 14h23'34"* (= quatorze horas, vinte e três minutos e trinta e quatro segundos).

- O símbolo do real antecede o número sem espaço: *R\$1.000,00*. No cifrão deve ser utilizada apenas uma barra vertical (*\$*).

Fontes de pesquisa:

<http://www.pciconcursos.com.br/aulas/portugues/ortografia>
SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

Português linguagens: volume 1 / Wiliam Roberto Cereja, The-reza Cochar Magalhães. – 7ªed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

Português: novas palavras: literatura, gramática, redação / Emília Amaral... [et al.]. – São Paulo: FTD, 2000.

Hífen

O hífen é um sinal diacrítico (que distingue) usado para ligar os elementos de palavras compostas (como *ex-presidente*, por exemplo) e para unir pronomes átonos a verbos (*ofereceram-me; vê-lo-ei*). Serve igualmente para fazer a translineação de palavras, isto é, no fim de uma linha, separar uma palavra em duas partes (*ca-/sa; compa-/nheiro*).

Uso do hífen que continua depois da Reforma Ortográfica:

1. Em palavras compostas por justaposição que formam uma unidade semântica, ou seja, nos termos que se unem para formar um novo significado: *tio-avô, porto-alegrense, luso-brasileiro, tenente-coronel, segunda- feira, conta-gotas, guarda-chuva, arco-íris, primeiro-ministro, azul-escuro*.

2. Em palavras compostas por espécies botânicas e zoológicas: *couve-flor, bem-te-vi, bem-me-quer, abóbora-menina, erva-doce, feijão-verde*.

3. Nos compostos com elementos **além, aquém, recém** e **sem**: *além-mar, recém-nascido, sem-número, recém-casado*.

4. No geral, as locuções não possuem hífen, mas algumas exceções continuam por já estarem consagradas pelo uso: *cor-de-rosa, arco-da-velha, mais-que-perfeito, pé-de-meia, água-de-colônia, queima-roupa, deus-dará*.

5. Nos encadeamentos de vocábulos, como: *ponte Rio-Niterói, percurso Lisboa-Coimbra-Porto* e nas combinações históricas ou ocasionais: *Áustria-Hungria, Angola-Brasil, etc.*

6. Nas formações com os prefixos **hiper-, inter-** e **super-** quando associados com outro termo que é iniciado por “r”: *hiper-resistente, inter-racial, super-racional, etc.*

7. Nas formações com os prefixos **ex-, vice-**: *ex-diretor, ex-presidente, vice-governador, vice-prefeito*.

8. Nas formações com os prefixos **pós-, pré-** e **pró-**: *pré-natal, pré-escolar, pró-europeu, pós-graduação, etc.*

9. Na ênclise e mesóclise: *amá-lo, deixá-lo, dá-se, abraça-o, lança-o e amá-lo-ei, falar-lhe-ei, etc.*

10. Nas formações em que o prefixo tem como segundo termo uma palavra iniciada por “h”: *sub-hepático, geo-história, neo-helênico, extra-humano, semi-hospitalar, super-homem*.

11. Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina com a mesma vogal do segundo elemento: *micro-ondas, eletro-ótica, semi-interno, auto-observação, etc.*

** O hífen é suprimido quando para formar outros termos: *re-aver, inábil, desumano, lobisomem, reabilitar*.

Lembrete da Zê!

Ao separar palavras na translineação (mudança de linha), caso a última palavra a ser escrita seja formada por hífen, repita-o na próxima linha. Exemplo: escreverei *anti-inflamatório* e, ao final, coube apenas “*anti-*”. Na próxima linha escreverei: “*inflamatório*” (hífen em ambas as linhas).

Não se emprega o hífen:

1. Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo termo inicia-se em “r” ou “s”. Nesse caso, passa-se a duplicar estas consoantes: *antirreligioso, contrarregra, infrassom, microssistema, minissaia, microrradiografia, etc.*

2. Nas constituições em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo termo inicia-se com vogal diferente: *antiaéreo, extraescolar, coeducação, autoestrada, autoaprendizagem, hidroelétrico, plurianual, autoescola, infraestrutura, etc.*

3. Nas formações, em geral, que contêm os prefixos “dês” e “in” e o segundo elemento perdeu o “h” inicial: *desumano, inábil, desabilitar, etc.*

4. Nas formações com o prefixo “co”, mesmo quando o segundo elemento começar com “o”: *cooperação, coobrigação, coordenar, coocupante, coautor, coedição, coexistir, etc.*

5. Em certas palavras que, com o uso, adquiriram noção de composição: *pontapé, girassol, paraquedas, paraquedista, etc.*

6. Em alguns compostos com o advérbio “bem”: *benfeito, benquerer, benquerido, etc.*

- Os prefixos *pós, pré* e *pró*, em suas formas correspondentes átonas, aglutinam-se com o elemento seguinte, não havendo hífen: *pospor, predeterminar, predeterminado, pressuposto, propor*.

- Escreveremos com hífen: *anti-horário, anti-infeccioso, auto-observação, contra-ataque, semi-interno, sobre-humano, super-realista, alto-mar*.

- Escreveremos sem hífen: *pôr do sol, antirreforma, antisséptico, antissocial, contrarreforma, minirrestaurante, ultrassom, antiaderente, anteprojetor, anticaspa, antivírus, autoajuda, autoelogio, autoestima, radiotáxi*.

Fontes de pesquisa:

<http://www.pciconcursos.com.br/aulas/portugues/ortografia>
SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 30ª ed. Rev. São Paulo: Nova Geração, 2010.

QUESTÕES

1-) (TRE/MS - ESTÁGIO – JORNALISMO - TRE/MS – 2014) De acordo com a nova ortografia, assinale o item em que todas as palavras estão corretas:

- A) autoajuda – anti-inflamatório – extrajudicial.
- B) supracitado – semi-novo – telesserviço.
- C) ultrassofisticado – hidro-elétrica – ultra-som.
- D) contrarregra – autopista – semi-aberto.
- E) contrarrazão – infra-estrutura – coprodutor.

1-) Correção:

- A) autoajuda – anti-inflamatório – extrajudicial = correta
- B) supracitado – semi-novo – telesserviço = seminovo
- C) ultrassofisticado – hidro-elétrica – ultra-som = hidroelétrica, ultrassom
- D) contrarregra – autopista – semi-aberto = semiaberto
- E) contrarrazão – infra-estrutura – coprodutor = infraestruturara

RESPOSTA: “A”.

2-) (TRE/MS - ESTÁGIO – JORNALISMO - TRE/MS – 2014) De acordo com a nova ortografia, assinale o item em que todas as palavras estão corretas:

- A) autoajuda – anti-inflamatório – extrajudicial.
- B) supracitado – semi-novo – telesserviço.
- C) ultrassofisticado – hidro-elétrica – ultra-som.
- D) contrarregra – autopista – semi-aberto.
- E) contrarrazão – infra-estrutura – coprodutor.

2-) Correção:

- A) autoajuda – anti-inflamatório – extrajudicial = correta
- B) supracitado – semi-novo – telesserviço = seminovo
- C) ultrassofisticado – hidro-elétrica – ultra-som = hidroelétrica, ultrassom
- D) contrarregra – autopista – semi-aberto = semiaberto
- E) contrarrazão – infra-estrutura – coprodutor = infraestruturara

RESPOSTA: “A”.

1 Estruturas lógicas.	01
2 Lógica de argumentação.	04
3 Diagramas lógicos.	08
4 Aritmética.	12
5 Leitura e interpretação de tabelas e gráficos.	16

1 ESTRUTURAS LÓGICAS.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
- Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
- Geometria básica.
- Álgebra básica e sistemas lineares.
- Calendários.
- Numeração.
- Razões Especiais.
- Análise Combinatória e Probabilidade.
- Progressões Aritmética e Geométrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

ORIENTAÇÕES ESPACIAL E TEMPORAL

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

RACIOCÍNIO VERBAL

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Nos testes de raciocínio verbal, geralmente você recebe um trecho com informações e precisa avaliar um conjunto de afirmações, selecionando uma das possíveis respostas:

- A – Verdadeiro (A afirmação é uma consequência lógica das informações ou opiniões contidas no trecho)
- B – Falso (A afirmação é logicamente falsa, consideradas as informações ou opiniões contidas no trecho)
- C – Impossível dizer (Impossível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa sem mais informações)

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

Sentença aberta: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

Sentença fechada: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

Proposições simples (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Proposições compostas (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Tabela verdade															
Negação	~	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>~p</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	~p	V	F	F	V									
p	~p																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	^	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ^ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p ^ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	p ^ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p v q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p v q	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p v q																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	∨	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ∨ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	p ∨ q	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	p ∨ q																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	→	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p → q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	p → q	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	p → q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	↔	p se e somente se q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>p ↔ q</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	p ↔ q	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	p ↔ q																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

		Disjunção	Conjunção	Condicional	Bicondicional
p	q	$p \vee q$	$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo: (MEC – Conhecimentos básicos para os Postos 9,10 e 11)

16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

() Certo () Errado

Resolução:

$P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

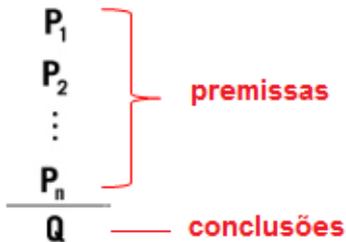
R	Q	P	[P	v	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo.

2 LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Chama-se **argumento** a afirmação de que um grupo de proposições iniciais redundam em outra proposição final, que será consequência das primeiras. Ou seja, argumento é a relação que associa um conjunto de proposições P_1, P_2, \dots, P_n , chamadas premissas do argumento, a uma proposição Q , chamada de conclusão do argumento.



Exemplo:

- P1: Todos os cientistas são loucos.
- P2: Martiniano é louco.
- Q: Martiniano é um cientista.

O exemplo dado pode ser chamado de **Silogismo** (argumento formado por duas premissas e a conclusão).

A respeito dos argumentos lógicos, estamos interessados em verificar se eles são válidos ou inválidos! Então, passemos a entender o que significa um argumento válido e um argumento inválido.

Argumentos Válidos

Dizemos que um argumento é válido (ou ainda legítimo ou bem construído), quando a sua conclusão é uma consequência obrigatória do seu conjunto de premissas.

Exemplo: O silogismo...

- P1: Todos os homens são pássaros.
- P2: Nenhum pássaro é animal.
- Q: Portanto, nenhum homem é animal.

... está perfeitamente bem construído, sendo, portanto, um argumento válido, muito embora a veracidade das premissas e da conclusão sejam totalmente questionáveis.

O que vale é a CONSTRUÇÃO, E NÃO O SEU CONTEÚDO!

Se a construção está perfeita, então o argumento é válido, independentemente do conteúdo das premissas ou da conclusão!

Como saber se um determinado argumento é mesmo válido?

Para se comprovar a validade de um argumento é utilizando diagramas de conjuntos (diagramas de Venn). Trata-se de um método muito útil e que será usado com frequência em questões que pedem a verificação da validade de um argumento. Vejamos como funciona, usando o exemplo acima. Quando se afirma, na premissa P1, que “todos os homens são pássaros”, poderemos representar essa frase da seguinte maneira:



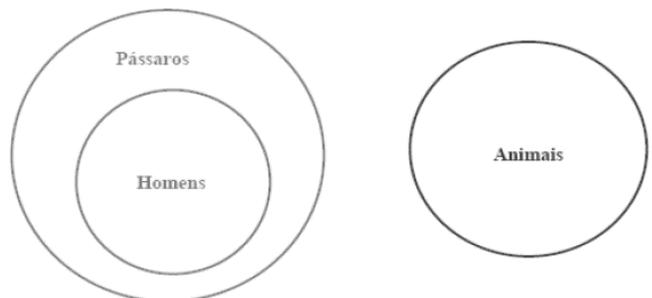
Observem que todos os elementos do conjunto menor (homens) estão incluídos, ou seja, pertencem ao conjunto maior (dos pássaros). E será sempre essa a representação gráfica da frase “Todo A é B”. Dois círculos, um dentro do outro, estando o círculo menor a representar o grupo de quem se segue à palavra TODO.

Na frase: “Nenhum pássaro é animal”. Observemos que a palavra-chave desta sentença é NENHUM. E a ideia que ela exprime é de uma total dissociação entre os dois conjuntos.



Será sempre assim a representação gráfica de uma sentença “Nenhum A é B”: dois conjuntos separados, sem nenhum ponto em comum.

Tomemos agora as representações gráficas das duas premissas vistas acima e as analisemos em conjunto. Teremos:



Comparando a conclusão do nosso argumento, temos:

– NENHUM homem é animal – com o desenho das premissas será que podemos dizer que esta conclusão é uma consequência necessária das premissas? Claro que sim! Observemos que o conjunto dos homens está totalmente separado (total dissociação!) do conjunto dos animais. Resultado: este é um argumento válido!

Argumentos Inválidos

Dizemos que um argumento é inválido – também denominado ilegítimo, mal construído, falacioso ou sofisma – quando a verdade das premissas não é suficiente para garantir a verdade da conclusão.

Exemplo:

- P1: Todas as crianças gostam de chocolate.
- P2: Patrícia não é criança.
- Q: Portanto, Patrícia não gosta de chocolate.

Este é um argumento inválido, falacioso, mal construído, pois as premissas não garantem (não obrigam) a verdade da conclusão. Patrícia pode gostar de chocolate mesmo que não seja criança, pois a primeira premissa não afirmou que somente as crianças gostam de chocolate.

Utilizando os diagramas de conjuntos para provar a validade do argumento anterior, provaremos, utilizando-nos do mesmo artifício, que o argumento em análise é inválido. Começemos pela primeira premissa: “Todas as crianças gostam de chocolate”.



Analisemos agora o que diz a segunda premissa: “Patrícia não é criança”. O que temos que fazer aqui é pegar o diagrama acima (da primeira premissa) e nele indicar onde poderá estar localizada a Patrícia, obedecendo ao que consta nesta segunda premissa. Vemos facilmente que a Patrícia só não poderá estar dentro do círculo das crianças. É a única restrição que faz a segunda premissa! Isto posto, concluímos que Patrícia poderá estar em dois lugares distintos do diagrama:

- 1º) Fora do conjunto maior;
- 2º) Dentro do conjunto maior. Vejamos:



Finalmente, passemos à análise da conclusão: “Patrícia não gosta de chocolate”. Ora, o que nos resta para sabermos se este argumento é válido ou não, é justamente confirmar se esse resultado (se esta conclusão) é necessariamente verdadeiro!

- É necessariamente verdadeiro que Patrícia não gosta de chocolate? Olhando para o desenho acima, respondemos que não! Pode ser que ela não goste de chocolate (caso esteja fora do círculo), mas também pode ser que goste (caso esteja dentro do círculo)! Enfim, o argumento é inválido, pois as premissas não garantiram a veracidade da conclusão!

Métodos para validação de um argumento

Aprenderemos a seguir alguns diferentes métodos que nos possibilitarão afirmar se um argumento é válido ou não!

1º) Utilizando diagramas de conjuntos: esta forma é indicada quando nas premissas do argumento aparecem as palavras TODO, ALGUM E NENHUM, ou os seus sinônimos: cada, existe um etc.

2º) Utilizando tabela-verdade: esta forma é mais indicada quando não for possível resolver pelo primeiro método, o que ocorre quando nas premissas não aparecem as palavras todo, algum e nenhum, mas sim, os conectivos “ou” , “e”, “ \neg ” e “ \leftrightarrow ”. Baseia-se na construção da tabela-verdade, destacando-se uma coluna para cada premissa e outra para a conclusão. Este método tem a desvantagem de ser mais trabalhoso, principalmente quando envolve várias proposições simples.

3º) Utilizando as operações lógicas com os conectivos e considerando as premissas verdadeiras.

Por este método, fácil e rapidamente demonstraremos a validade de um argumento. Porém, só devemos utilizá-lo na impossibilidade do primeiro método.

Iniciaremos aqui considerando as premissas como verdades. Daí, por meio das operações lógicas com os conectivos, descobriremos o valor lógico da conclusão, que deverá resultar também em verdade, para que o argumento seja considerado válido.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL,
POLÍTICA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS

1 Política, religião, economia, cultura, esporte, educação	01
2 História do município	10
Poderes Executivo e Legislativo	12
Símbolos Municipais	23
Limites Geográficos	23
População	25
Aspectos Econômicos	27

1 POLÍTICA, RELIGIÃO, ECONOMIA, CULTURA, ESPORTE, EDUCAÇÃO.

Barra dos Coqueiros é um município brasileiro do estado de Sergipe, localizado na Região Metropolitana de Aracaju no leste do estado. Geograficamente, é conhecida por se constituir na península de Santa Luzia. Após ligar-se a capital sergipana pela ponte Aracaju - Barra dos Coqueiros, houve o processo de conurbação. Tal fato passou a atrair grande especulação imobiliária dado não só por causa do facilitado acesso mas também com advento de grande infraestrutura e grandes investimentos privados. Ademais, se localiza a 3 km do centro de Aracaju. Desse modo, as projeções para os próximos anos são dadas pelo aumento exponencial de sua população, tal como foi comparativamente averiguada a duplicação de seus habitantes com a divulgação do novo censo pelo IBGE em 2010.

Política

De acordo com a Constituição de 1988, Barra dos Coqueiros está localizada em uma república federativa presidencialista. Foi inspirada no modelo estadunidense, no entanto, o sistema legal brasileiro segue a tradição romano-germânica do Direito positivo. A administração municipal se dá pelo poder executivo e pelo poder legislativo.

O atual prefeito de Barra dos Coqueiros é Airton Martins, filiado ao PMDB. Ele assumiu o cargo em 2013, após vencer as eleições municipais de 2012, já tendo sido prefeito em outro mandato. O poder legislativo é exercido pela câmara municipal, composta atualmente por nove vereadores. Nas eleições de 2012.. Nas eleições de 2016, o atual prefeito Airton Martins foi reeleito. Na câmara municipal, o número de vereadores passou a ter onze vereadores.

HISTÓRIA POLITICA

Elevado à categoria de Município, a Barra dos Coqueiros iniciou sua vida política-administrativa, através da indicação dos primeiros prefeitos pela ditadura militar, depois eleição direta, vários prefeitos e vereadores passaram pelo poder até a data de

1. Prefeito MOISÉS GOMES PEREIRA - (1955 a 1958) a posse foi em 23 de Janeiro de 1955.

VEREADORES ELEITOS FORAM CINCO:

- JOSÉ ALEXANDRE SANTOS
- MANOEL MELCIADES DOS ANJOS
- JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS
- ANTÔNIO RAMOS MAIA
- JOSÉ CÂNDIDO DOS SANTOS

OBSERVAÇÃO: O vereador, Sr. JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS teve o seu mandato casado, e o primeiro suplente Sr. MARCOS BISPO DOS SANTOS assumiu o seu lugar.

2. Prefeito JOÃO PESSOA CHAGAS – (1959 A 1962) a posse em 31 de Janeiro de 1959.

VEREADORES ELEITOS FORAM SEIS:

- MANOEL BISPO DOS SANTOS
- ANTÔNIO RABELO
- MANOEL MELCIADES DOS ANJOS
- ANTÔNIO MILITÃO
- LUIZ FRANCISCO SANTOS
- JOSÉ CÂNDIDO DOS SANTOS

3. Prefeito ERASMO SANTA BÁRBARA – (1963 a 1966) a posse em 1 de Fevereiro de 1963.

VEREADORES ELEITOS FORAM CINCO

- IVAN GOMES PEREIRA
- NAIR VERA CRUZ CHAGAS
- JOSÉ CÂNDIDO DOS SANTOS
- FRANCISCO CORREIA FAGUNDES
- MANOEL MELCIADES DOS ANJOS

OBSERVAÇÃO: No dia 17 de Novembro de 1965 o suplente de vereador JOSÉ DE MATIAS toma posse no lugar do vereador IVAN GOMES PEREIRA, que pediu licença por 120 dias.

4. Prefeito IVAN GOMES PEREIRA – (1966 a 1970) a posse em 1 de Fevereiro de 1966.

VEREADORES ELEITOS FORAM CINCO

- ANTÔNIO RABELO
- JOSÉ AFONSO PEREIRA DA SILVA
- JOSÉ DE MATIAS
- ANTÔNIO FELIX DE ANDRADE
- JOÃO PESSOA CHAGAS

5. Prefeito ANTÔNIO RABELO – (1971 a 1972) a posse em 31 de Janeiro de 1971.

VEREADORES ELEITOS FORAM OITO

- JOSÉ BISPO DA CRUZ
- VALMIR MOURA SANTOS
- JOÃO RODRIGUES DANTAS
- WANDERLEY FARIAS SILVA
- JOSÉ CARVALHO BENJAMIM
- MÁRIO NETO GOMES PEREIRA
- MAURINA VÁLIDO DE JESUS
- JOSÉ MOTA CÂNDIDO

6. Prefeito JOÃO HERMES PACÍFICO. Faleceu antes de assumir. Tomou posse provisoriamente para prefeito o presidente da Câmara Municipal o Sr. MANOEL MELCIADES DOS ANJOS. Com a decisão judicial ficou determinado outra eleição.

7. Prefeito JOÃO CÂNDIDO DOS SANTOS (BAIANO) – (1972 a 1976) a posse em 8 de Fevereiro de 1972.

VEREADORES ELEITOS FORAM SETE.

- MANOEL MELCIADES DOS ANJOS
- JOÃO RODRIGUES DANTAS
- VALMIR MOURA SANTOS
- GERALDO APÓSTOLO
- PEDRO BISPO DA CRUZ
- MURILO DUARTE DE CARVALHO
- PEDRO ROSALVO DA SILVA

8. Prefeito JOSÉ MOTA MACEDO – (1977 a 1981) a posse em 1 de Fevereiro de 1977.

VEREADORES ELEITOS FORAM SETE

- LICEU PEREIRA VÁLIDO
- MANOEL ROCHA DOS ANJOS
- PEDRO ROSALVO DA SILVA
- ANTÔNIO FELIX DA SILVA
- MANOEL MELCIADES DOS ANJOS
- NATANAEL MENDES MOURA
- LUCIANO MARCOS BISPO

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL,
POLÍTICA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS

OBSERVAÇÃO: No dia 04 de Janeiro de 1981 faleceu o prefeito JOSÉ MOTA MACEDO em acidente automobilístico na praia da costa. E assumiu o seu Vice AURELIANO RODRIGUES.

9. Prefeito AURELIANO RODRIGUES – (1981 a 1982)

10. Prefeito NATANAEL MENDES MOURA – (1983 a 1988) a posse em 1 de Fevereiro de 1983.

VEREADORES ELEITOS FORAM OITO.

- LICEU PEREIRA VALIDO
- LICIANO MARCOS BISPO
- ANA DOS ANJOS SANTOS
- ABDON VISPO FAGUNDES
- ADAILTON MARTINS DE OLIVEIRA FILHO
- JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS
- ARIVALDO MOURA DOS SANTOS
- MANOEL MESSIAS DOS SANTOS

OBSERVAÇÃO: Prefeito NATANAEL MENDES MOURA teve o seu mandato prorrogado por mais dois anos. Então ele passou seis anos no poder, o motivo foi a integração das eleições de todos os níveis em 1988, para Presidente da República, governador, senador, Dep. Federal e Estadual, prefeitos e Vereadores.

11. Prefeito ALBERTO JORGE DANTOS MACÊDO – (1989 a 1992) a posse em 1 de Janeiro de 1989.

VEREADORES ELEITOS FORAM DEZ.

- MANOEL MESSIAS DOS SANTOS
- ANA DOS ANJOS SANTOS
- GERGE BATISTA DOS SANTOS
- MARIA ADILZA DE OLIVEIRA LOPES
- GENTIL DA SILVA
- JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS
- GILVALDO HENRIQUE DE JESUS SILVA
- JOSÉ DE MATIAS
- MARIA JOSÉ DOS SANTOS ARAÚJO
- JORGE RABELO DE VASCONCELOS

12. Prefeito NATANAEL MENDES MOURA – (1993 a 1996) a posse em 1 de Janeiro de 1993.

VEREADORES ELEITOS FORAM DEZ.

- GEORGE BATISTA DOS SANTOS
- WASHGTON LUIZ GOMES PEREIRA
- NORMA MARIA GOMES PEREIRA
- MARIA JOSÉ DOS SANTOS ARAÚJO
- AIRTON SAMPAIO MARTINS
- ROBERTO DAS CHAGAS RODRIGUES
- ADSON PEREIRA SANTOS
- NOVALDA LIMA DOS SANTOS
- ANTÔNIO CARLOS SANTOS
- FERNADO FRETAS

13. Prefeito GILSON DOS ANJOS SILVA – (1997 a 2000) posse em 1 de Janeiro de 1997.

VEREADORES ELEITOS FORAM DEZ:

- DUVALCI DOS SANTOS
- NIVALDA LIMA DOS SANTOS
- GEORGE BATISTA DOS SANTOS
- AIRTON SAMPAIO MARTINS
- ROBERTO DAS CHAGAS RODRIGUES

- VALDOMIRO TAVARES BISPO
- LANIA RIBEIRO MENDONÇA PEREIRA
- MANOEL VINANA MARTINS
- ANTÔNIO CARLOS SANTOS

14. Prefeito GILSON DOS ANJOS SILVA – (2000 a 2004) posse em 1 de Janeiro de 2000.

VEREADORES ELEITOS FORAM ONZE:

- AIRTON SAMPAIO MARTINS
- ANA DOS ANJOS SANTOS
- ANTÔNIO CARLOS SANTOS
- DUVALCI DOS SANTOS
- GELVÂNIO TELES MENEZES
- LÂNIA RIBEIRO MENDONÇA PEREIRA
- MANOEL VIANA MARTINS
- JÂNIO SANTANA SILVA
- ROBERTO DAS CHADAS RODRIGUES
- VALDOMIRO TAVARES BISPO
- JORGE RABELO DE VASCONCELOS

OBSERVAÇÃO: Na época houve mudança na lei eleitoral, podendo tanto o presidente, governador e prefeito e para segunda reeleição.

15. Prefeito AIRTON SAMPAIO MARTINS – (2005 a 2008) posse em 1 de Janeiro de 2005.

VEREADORES ELEITOS FORAM NOVE:

- GEORGE BATISTA DOS SANTOS
- ALYSSON SOUZA SANTOS
- LÂNIA RIBEIRO MENDONÇA PEREIRA
- ANTÔNIO CARLOS SILVA DOS SANTOS
- HAROLDO BATISTA VASCOCELOS
- JÂNIO SANTANA DA SILVA
- JOSÉ CLÁDIO DA SILVA BARRETO
- ROBERTO DAS CHAGAS RODRIGUES
- IVETE OEREIRA MOURA

16. Prefeito GILSON DOS ANJOS SILVA – (2009 A 2012) posse em 1 de Janeiro de 2009.

VEREADORES ELEITOS FORAM NOVE:

- ANTÔNIO CARLOS SILVA DOS SANTOS
- DANIEL MENDES MOURA
- ALBERTO JORGE SANTOS MACÊDO
- CARMEM MARIA MOURA SANTA BARBARA
- ANTÔNIO CARLOS SANTOS
- JORGE RABELO VASCOCELLOS
- JÂNIO SANTANA DA SILVA
- JOSÉ CLÁUDIO SILVA BARRETO
- WILSON CLAUDINO BERNADES SANTOS

Prefeito ATUAL
AIRTON SAMPAIO MARTINS

Estrutura urbana
Transportes

A Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros, tendo como nome oficial Ponte Construtor João Alves, liga a capital Aracaju ao município de Barra dos Coqueiros, cidades do litoral de Sergipe. Aracaju encontra-se separada de sua vizinha Barra dos Coqueiros pelo Rio Sergipe. Sua inauguração aconteceu em 24 de setembro de 2006.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS

Seu propósito criar uma via de ligação rodoviária entre Aracaju e o porto do Estado de Sergipe, à beira do oceano Atlântico, dentro do Município da Barra dos Coqueiros e as praias do litoral norte. Com a obra, o litoral norte do Estado, que vai da foz do Rio Sergipe, até à foz do Rio São Francisco ficou mais acessível ao turismo em Aracaju. O projeto original foi bastante arrojado para os padrões locais. Essa seria a segunda maior ponte urbana do país, sendo a maior do Nordeste. A obra empregou quase mil operários durante sua construção e chama a atenção das pessoas à margem do rio Sergipe, podendo ser vista desde o centro da cidade até a foz do rio, à beira do oceano.

Bairros

- Centro
- Atalaia Nova
- Antônio Pedro.
- Espaço Tropical
- Marivan.
- Moisés Gomes.
- Olimar.
- Praia Costa.
- Prisco Viana.
- Recanto Andorinhas.
- Rio Mar.
- São Benedito.
- Bairro Baixo.
- Caminho da Praia.
- Suzana Azevedo.
- Alphaville Sergipe.

Entres outros bairros que não foram atualizados pelo Satélite Google Maps.

Povoados & Zona Rural

- Canal.
- Touro.
- Jatobá.
- Capuã.
- Olhos D'água.

Comunicações

Rádio.

Barra dos Coqueiros conta atualmente com duas emissoras de rádio, uma comercial e uma comunitária. A primeira é Rádio Xodó FM 102,3 MHz, (Antiga Rádio Ilha FM) pertence a Rede Xodó de Comunicação, apesar de uns dos seus transmissores serem feita na Ilha de Santa Luzia (SE), sua programação são feita através dos seus Estúdios Reunidos (Estúdio A, em Nossa Senhora do Socorro, localizado na Rua Rio do Sal; Estúdio B, em Aracaju, no bairro Santos Dumont; e Estúdio C, em Nossa Senhora da Glória, Alto da Divinéia) que traz uma programação irreverente, diferenciada e inovadora ao público sergipano.

A segunda é uma emissora comunitária, Rádio Barra FM 87,9 MHz, pertencente ao Centro Comunitário Sócio Cultural de Barra dos Coqueiros.

Há um estudo sobre a implantação da Rádio Gazeta SAT! Com supervisão de Anderson Sán, nome artístico de Anderson Albuquerque Santos de (Garanhuns, 27 de julho de 1992), é um Radialista & Produtor de Rádio & Televisão e empresário brasileiro.

Televisão.

Desde o ano 2006 está outorgado para a cidade de Barra dos Coqueiros, o canal 15 UHF, classificado como emissora educativa, espera aprovação da local para a instalação pela Anatel, por isso, ainda não há data definida para a sua instalação. Não há previsão para que o canal vá ao ar.

Sua programação será gerada pela Rede Gênesis, emissora com sede na cidade de Brasília além da produção de programação local.

Segundo informações do site da Anatel, o sinal da emissora poderá ser captado em um raio de 14 km. Porém sem data definida de transmissão.

Esporte

O projeto de um centro de treinamento para a Copa de 2014 pretendia reafirmar a candidatura de Sergipe como uma das sub-sedes da Copa do Mundo. Ele vinha acompanhando com a demanda de uma parceria que o Governo do Estado teria de fazer com o Dioro Hotel Ilha de Santa Luzia, na Barra dos Coqueiros. Teria por objetivo oferecer as condições de hospedagem de seleções que veriam para a Copa do Mundo de 2014 em Aracaju.

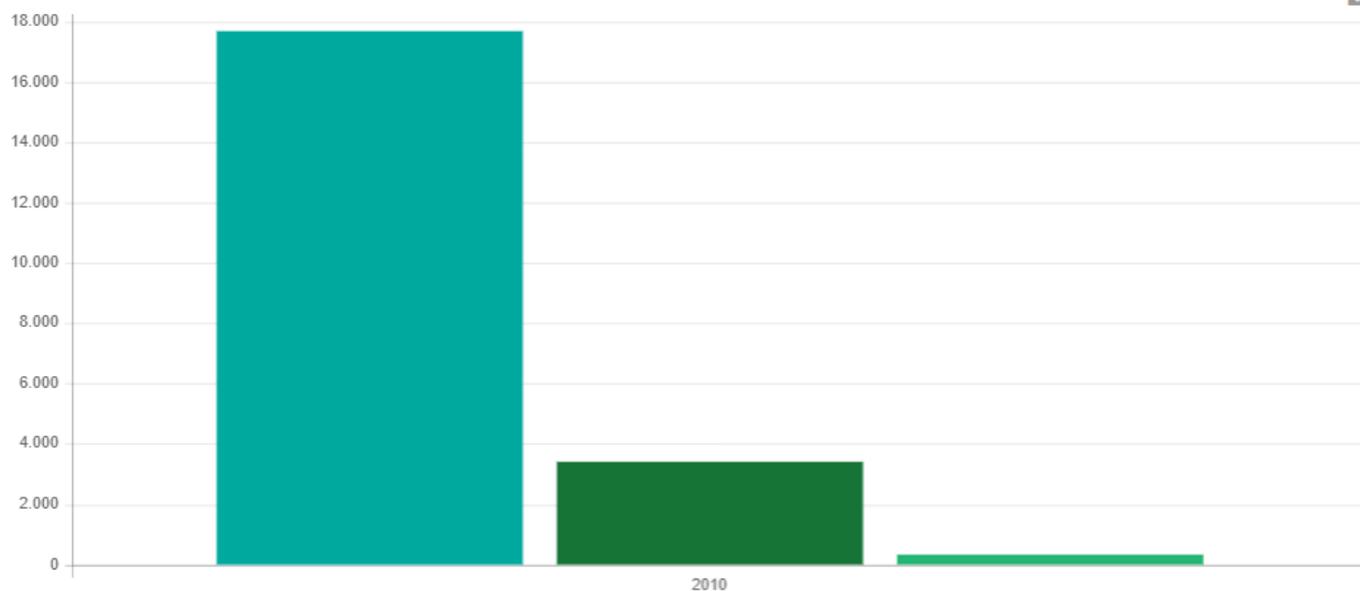
RELIGIÃO

População residente por religião (Unidade: pessoas)

Católica apostólica romana

Evangélica

Espírita



EDUCAÇÃO

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	91,7 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	4,1
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	2,9
Matrículas no ensino fundamental [2018]	3.532 matrículas
Matrículas no ensino médio [2018]	614 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2018]	190 docentes
Docentes no ensino médio [2018]	63 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]	17 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]	4 escolas

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade

91,7 %

Comparando a outros municípios

No país

5570°

1°

5409°

No Estado

75°

1°

74°

Na micro região

4°

1°

4°

**IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental
(Rede pública)**

4,1

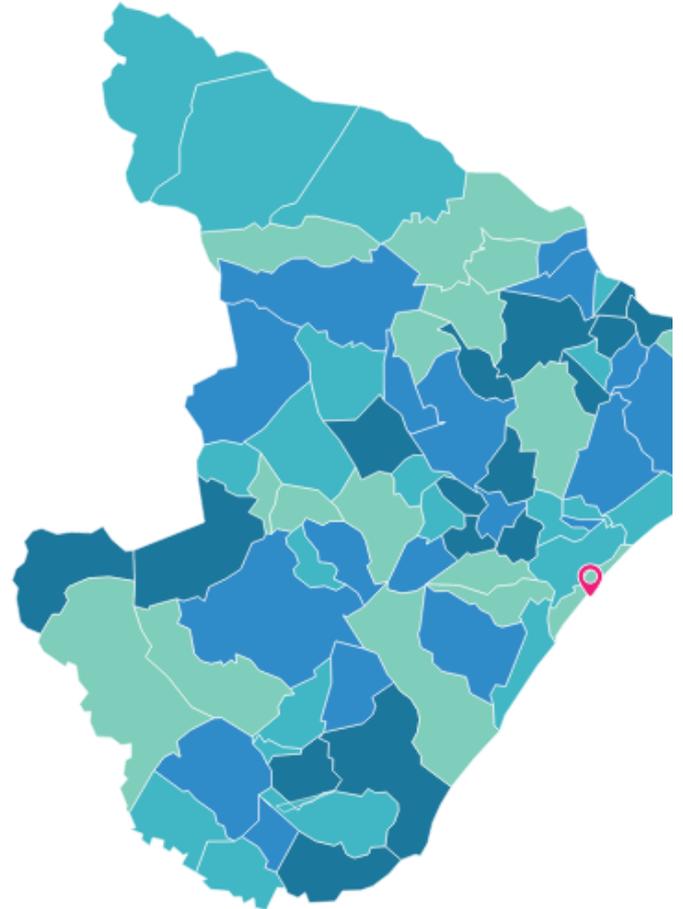


**IDEB – Anos finais do ensino
fundamental (Rede pública)**

2,9



Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade



LEGISLAÇÃO

Lei Complementar nº 004/2011 (Estatuto do Servidor de Barra dos Coqueiros)..... 01

**LEI COMPLEMENTAR Nº 004/2011 (ESTATUTO DO
SERVIDOR DE BARRA DOS COQUEIROS).**

Prezado Candidato, devido ao formato do material, disponibilizaremos o conteúdo para consulta na íntegra em nosso site eletrônico, conforme segue: <https://www.apostilasopcao.com.br/retificacoes>



PEDAGOGIA

1 História do pensamento pedagógico brasileiro.	01
1.1 teoria da educação, diferentes correntes do pensamento pedagógico brasileiro.	03
2 A didática e o processo de ensino e aprendizagem. Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação.	04
A sala de aula como espaço de aprendizagem e interação.	06
A didática como fundamento epistemológico do fazer docente.	09
A importância da tecnologia no processo educativo.	13
3 Concepções de aprendizagem e suas implicações na prática pedagógica contemporânea.	16
3.1 Inatismo, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo, cognitivismo, sociointeracionismo.	20
As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem. As contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e pedagogia.	21
A teoria das inteligências múltiplas de Gardner.	25
4 Psicologia do desenvolvimento. 4.1 Aspectos históricos e biopsicossociais.	27
5 Temas contemporâneos. 5.1 Bullying; o papel da escola; a escolha da profissão; transtornos alimentares na adolescência; família; escolhas sexuais.	38
6 Avaliação do processo ensino aprendizagem.	46
6.1 Análise conceitual e novas perspectivas emancipatórias.	47
6.2 A dimensão sociopolítica da avaliação pedagógica.	47
7 Teorias do currículo. Concepções de currículo.	49
8 Acesso, permanência e sucesso do aluno na escola. Evasão escolar: causas e consequências.	61
9 Gestão da aprendizagem. Planejamento e gestão educacional. Avaliação institucional, de desempenho e de aprendizagem.	64
10 O professor: formação e profissão.	66
11 Competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.	69

1 HISTÓRIA DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO.

A trajetória do pensamento pedagógico brasileiro teve durante seu percurso grandes marcas causadas pela influência de nossos colonizadores e países tidos como os “países desenvolvidos”, que demonstraram claramente muitos interesses políticos e econômicos ao influenciar nosso pensamento pedagógico. A Educação por muito tempo serviu como uma mercadoria a ser consumida, servindo muitas vezes como, se não a única, uma das principais fontes de ascensão do País. Acreditava-se que a Educação seria o meio no qual o Brasil se utilizaria para conquistar uma sociedade pautada nos moldes europeus e norte americanos.

Até onde isso já se decepcionou não se sabe ao certo, o que se sabe é que ainda hoje nosso País busca identidade própria no que se refere ao campo da Educação. Existem grandes desafios a serem vencidos e o caminho certamente será longo. Porém, mais desafiador que a construção de identidade própria é o desafio em lidar com a Educação em pleno século XXI, marcado pela era do conhecimento, da digitalização e da demanda de informações existentes hoje.

O presente texto tem como objetivo traçar um pequeno resumo sobre a trajetória do pensamento pedagógico brasileiro, as marcas deixadas por nossos colonizadores e a tentativa de transformar nossa educação com o perfil nacional que a mesma merece. Entende-se que nossa história encontra-se ainda em fase infantil, considerando-se o pouco tempo em que conseguimos atar as amarras impostas por influências externas, porém, nesse pouco tempo de história, com certeza, muitos casos já há para se contar!

Breve trajetória do Pensamento pedagógico brasileiro:

A Educação, também compreendida como prática educativa é um fenômeno social e universal, que já se manifesta de longa data, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Uma não existe sem a outra, ou seja, não há sociedade sem prática educativa e tampouco prática educativa sem sociedade, ambas estão interligadas. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também possibilitadora dos conhecimentos e experiências culturais, ao indivíduo que se torna apto a atuar no meio social e transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade. No sentido amplo da palavra, Educação compreende os processos formativos que ocorrem no meio social, no qual os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente.

Segundo Libâneo (1994), a prática educativa existe numa grande variedade de instituições e atividades sociais decorrentes da organização econômica, política e legal de uma sociedade, da religião, dos costumes, das formas de convivência humana. Em sentido estrito, a educação ocorre em instituições específicas, escolares ou não, com finalidades explícitas de instrução e ensino mediante uma ação consciente, deliberada e planejada, embora sem separar-se daqueles processos formativos gerais.

O processo educativo, onde quer que se dê, é sempre contextualizado social e politicamente, há uma subordinação à sociedade que lhe faz exigências, determinam objetivos e lhe provê condições e meios de ação. A educação como fenômeno social, e parte integrante das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada sociedade, sendo assim, as finalidades e meios da educação subordinam-se à estrutura e dinâmica das relações entre as classes sociais, ou seja, são socialmente determinadas (LIBÂNEO, 1994).

A instituição escola foi criada justamente para ser um dos veículos da educação, uma educação sistematizada, de maneira ordenada, organizada em conteúdos específicos que lhe são pertinentes. Constitui-se em uma espécie de organização social do saber. O campo específico de atuação profissional e política do professor estão relacionados à educação e as estes cabe a tarefa de assegurar aos alunos um sólido domínio de conhecimentos e habilidades, o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, de pensamento independente, crítico e criativo. Ao realizar suas tarefas básicas, as instituições de ensino e os professores estão cumprindo responsabilidades sociais e políticas. Ao possibilitar aos alunos o domínio dos conhecimentos culturais e científicos, a educação escolar socializa o saber sistematizado e desenvolve capacidades cognitivas e operativas para a atuação no trabalho e nas lutas sociais pela conquista dos direitos de cidadania, dessa maneira, efetiva a sua contribuição para a democratização social e política da sociedade. (LIBÂNEO, 1994).

No decorrer do texto perceberemos o quanto nosso pensamento pedagógico foi fruto de ideários vindos do exterior, na sua maioria resultado de um entusiasmo intelectual, político, social e de acordos entre poderosos governantes e agências internacionais, como afirma MIRANDA, 2000.

Percebe-se na história da Educação brasileira uma grande tendência em atender aos alunos de acordo com a classe social a qual pertenciam, isso ocorre desde os tempos em que a educação estava sob o domínio jesuíta até o momento de a escola laica surgir, ou seja, já nos tempos modernos. Quando a igreja toma para si a responsabilidade da instrução pública, ou seja, ainda no Império Romano, as escolas possuíam duas categorias, uma destinada à formação dos monges e outra para a instrução da plebe, nesse contexto, não havia o interesse em que a massa aprendesse a ler e escrever, a finalidade da educação para tal classe social era apenas a de familiarizá-la com as doutrinas cristãs e mantê-la dócil e conformada com a própria realidade.

Sodré (1983), ao referir-se a história da cultura brasileira afirma que o Brasil teve o processo de aculturação advindo de uma transplantação, ou seja, herdou dos países colonizadores sua cultura. Não podemos considerar a cultura brasileira como realmente nacional, pois incorporou muito da cultura europeia em seu território. Nesse processo de aculturação nossa cultura dividiu-se entre a transmitida pelos jesuítas, destinada à classe dominante e a cultura indígena, tida como irrelevante e que praticamente foi destruída por esse processo de implantação. Neste modelo de ensino não havia muito espaço para criar, o conteúdo de alienação era implícito e o que se aprendia era desprovido de um sentido crítico.

Ainda ao discursar sobre a trajetória histórica da educação brasileira o autor afirma que o interesse pela cultura e pelas artes era cultivado por motivo de ostentação, ou seja, a cultura tinha apenas a finalidade de formalizar a distinção entre as classes sociais, em que o trabalho intelectual era destinado à elite e o trabalho físico as classes mais baixas. Nota-se nessa época um violento contraste entre a minoria de letrados e eruditos e a enorme massa de analfabetos. A educação era destinada sobre tudo a preparação de uma elite do que para a educação do povo.

Essa realidade faz-nos refletir e fazermos um paralelo sobre a realidade hoje nas escolas e a hierarquia existente ainda entre as disciplinas escolares. Ainda hoje se nota a existência de disciplinas tidas como as de base, imprescindíveis, por julgarem lidar mais especificamente com o intelecto e as tidas como inferiores, como é o caso da educação física, que ainda sofre muitos preconceitos pelo fato de ainda estar tão enraizada essa mentalidade que distingue as atividades intelectuais e as atividades físicas, ou atividades práticas.

No início da constituição da classe burguesa já se via claramente uma diferenciação na constituição curricular, privilegiando o ensino das artes liberais nas escolas formadoras dos que seriam destinados a comandar o País e o ensino das artes manuais para os artesãos e nenhuma instrução para a maioria da população constituída de trabalhadores nas cidades e no campo. Esta fragmentação na educação brasileira, formação de classe dirigente e formação de trabalhadores, ficaram bem evidentes com a consolidação da burguesia como classe hegemônica a partir do século XVII e com o capitalismo como forma econômica.

Se por um lado aos filhos da burguesia destinava-se uma forma de educação diferenciada, ensino médio dissociado da vida real, composto por saberes livrescos e clássicos, o ensino médio também era vinculado a ideia de continuidade dos estudos na universidade, onde o ensino seria direcionado a formação de governantes e comandantes industriais.

Segundo Delval (1998), a implantação do ensino obrigatório e gratuito para todos é algo que começa a ser introduzido no século XIX. A história e a implantação do ensino obrigatório e gratuito organizam-se, então, em torno de dois tipos de objetivos: a) difusão da ideia de que a instrução é necessária para todos e que todos têm direito à ela, de maneira que se possa chegar a um igualitarismo por meio do ensino comum e b) a função econômica, social e ideológica que a educação desempenha para todos.

As duas funções principais desempenhadas pela escola obrigatória, inicialmente, eram manter as crianças ocupadas enquanto seus pais trabalhavam e ensina-las a respeitar e aceitar a ordem estabelecida, que aparecem claramente refletidas no tipo de ensino oferecido nas escolas, orientado principalmente à transmissão de valores. Os conhecimentos ocupavam lugar mínimo e eram transmitidos somente àqueles que possibilitavam que as crianças se transformassem em mão-de-obra capaz de trabalhar dentro do sistema industrial (DELVAL, 1998).

Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, a economia brasileira supera a longa crise que a golpeia e a mulher e o estudante estabelecem condições de sociabilidade que antes não existiam. Neste período, em que o desenvolvimento das relações capitalistas era ainda muito lento, as letras qualificavam os elementos que, sem elas, permaneciam obscuros.

Com o advento da República surgiam também novas necessidades políticas e o Brasil começa a ser pressionado a avançar no que se refere à educação. Com isso a educação e a cultura começam a chegar também às classes inferiores, meramente por interesse político, já que o analfabetismo era tido como sinônimo de subdesenvolvimento (SODRÉ, 1983).

Ainda hoje ocorre uma interferência dos países tidos como pertencentes ao mundo globalizado, ou os “senhores do mundo”, no que se refere a governabilidade e ao destino da educação nacional de cada país, um exemplo disso é essa exigência do aumento da escolaridade mínima requerida cada trabalhador ampliando o conceito de educação básica, agora compreendida até o ensino médio completo. O princípio norteador dessa proposta é fundamentado em uma lógica de mercado em que a educação torna-se um bem de consumo a ser comprado por quem a queira adquirir (MIRANDA, 2000).

Ao lermos a obra de Gadotti (2001), sobre o pensamento pedagógico brasileiro podemos afirmar que o mesmo se encontra ainda em sua fase infantil, analisando o tempo em que o mesmo tem andado por suas próprias pernas, ou seja, sem o domínio religioso que imperou até meados do final do século XIX. O que lhe garantiu uma maior autonomia foi o desenvolvimento das teorias da Escola Nova.

A educação conservadora jesuítica dominou nosso pensamento pedagógico por décadas, educação essa baseada em um caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava, por meio de prêmios e castigos, a competição e discriminação. A escola jesuítica era dedicada à formação da elite brasileira e utilizavam a educação para difundirem nas classes populares a religião da subserviência, dependência, e paternalismo, características ainda muito vigentes em nossa educação atual. Essa educação reproduzia uma sociedade perversa, dividida entre analfabetos e os “doutores” (SODRÉ, 1983).

Esse modelo de educação não foge muito ao nosso modelo atual de educação, onde poucos privilegiados têm a chance de concluir a escolaridade, ingressar nas universidades então, pode-se dizer que é um luxo para poucos. O que vivenciamos ainda hoje é uma educação excludente e dirigida conforme interesses políticos vigentes.

Percebe-se, pois, dois grupos dominando a trajetória do pensamento pedagógico brasileiro, os católicos e os liberais, porém, as mudanças pregadas pelos dois grupos estavam mais relacionadas aos métodos do que ao sentido da educação, ambos não se preocupavam com a educação popular, ou seja, a discussão sobre as classes sociais. Os liberais tinham em seus discursos o ideal de igualdade social, mas na prática reforçava as diferenças, fato este que ocorre ainda hoje.

Na primeira metade do século XX o discurso pela igualdade de direitos esteve muito presente no pensamento dos educadores e nos textos constitucionais nas propostas da escola pública, que deveria ser obrigatória e gratuita. Porém o que a realidade apresentava, desde de sempre, era uma divisão de uma escola destinada aos filhos da burguesia, preparatória para a universidade e uma educação direcionada às atividades práticas como o ensino industrial, agrícola e comercial para a classe trabalhadora.

Saviani (2004), ao retratar a Educação no século XX afirma ser este um período em que será lembradas futuramente como o período que representou a era das maiores conquistas tecnológicas que se reverteram num novo modo de viver para a minoria camada mais privilegiada da população, porém, a maioria dos seres humanos ficou alheia a tais mudanças. No caso do Brasil, a educação se no século XX se caracterizava como um antídoto para todos os males e uma mola propulsora da ordem e do progresso, visando uma utópica democratização e universalização do conhecimento. O discurso utilizado nessa época era de uma educação ministrada com o intuito de ser auxiliar na edificação da cultura e do conhecimento sem barreiras, ou seja, para todos. Este certamente continua sendo um sonho distante e utópico, em especial no que se refere ao ensino superior.

Não existe ainda um sistema escola que consiga amenizar a as diferenças entre as classes sociais e diminuir a barreira imposta entre a riqueza e a pobreza, mesmo já tendo claro o objetivo da Educação, ou seja, o compromisso com a igualdade, o século XX não deu conta de encerrar esses paradoxos e a desigualdade continuou a se fazer presente na educação. Já ao findar do século XIX os projetos pedagógicos, pautados no liberalismo, clamavam por uma equalização de oportunidades com a promessa de uma libertação humana. O século XX trouxe como herança esses ideais de igualdade, no entanto as contradições sociais e políticas colaboraram e muito para o fortalecimento das desigualdades no qual o século passado foi portador. Ficando assim o século XX edificado sobre o pantanoso terreno da desigualdade, da opressão e da desumanização (SAVIANI, 2004).

Após a ditadura inicia-se um período de redemocratização da educação, que logo é interrompido pelo golpe militar de 1964. Nesse breve período o movimento educacional tomou um novo impulso, distinguindo-se dois grandes movimentos: o movimento por uma educação popular e o movimento em defesa da educação pública. Em 1988 retoma-se a discussão por uma educação pública popular, os responsáveis por esse novo movimento acreditam que é necessário um envolvimento do estado, em conjunto com a sociedade organizada, para que haja um avanço educacional (SODRÉ, 1983).

No século XXI a sociedade assume um perfil de sociedade informacional. No que se refere a educação, a revolução informacional prioriza o domínio de certas habilidades, as pessoas que não têm as competências para lidar com a informação, a informática, fica excluída, ou seja, fica claro que o papel da escola não é neutro, ela colabora sim na exclusão da classe menos favorecida. Neste contexto, a mesma deve permitir o desenvolvimento das habilidades como seleção e o processamento da informação, a autonomia a capacidade de lidar com as informações, o trabalho em grupo, etc. (IMBERNÓN, 2000).

Ainda segundo Imbernón, a educação numa sociedade de formação deve basear-se na utilização de habilidades comunicativas, de tal forma que nos permita participar mais efetivamente e de maneira mais crítica e reflexiva na sociedade. Se pretendermos superar a desigualdade que gera o reconhecimento de determinadas habilidades deveremos pensar sobre que tipos de habilidades estão sendo potencializadas no contexto de formação e, se, com isso é facilitada a interpretação da realidade a partir de uma perspectiva transformadora.

Alerta-nos também com relação ao nosso papel enquanto educadores nesses novos tempos, ou seja, será que realmente estamos em situação diferenciada dos que já passaram pelos caminhos da educação a tempos atrás? Temos respeitado a individualidade? Temos primado por uma educação que supere o modelo informativo e excludente? Será que somos realmente diferentes, ou é mais uma ilusão que nos padroniza de outra maneira? E aponta alguns rumos ao profissional desse século, alertando que este necessita de alguns pré-requisitos básicos para lidar com essa era do conhecimento, entre eles esta a necessidade de se assumir a postura de mediador de aprendizagem e não tanto a de fornecedor de saber.

São muitos os autores que têm apontado a necessidade de mudanças no que se refere a postura profissional do docente para que o mesmo possa cumprir seu papel de educador em pleno século XXI, século este marcado pela era do conhecimento e da informática. O professor precisa estar atento a isso e adequar sua prática pedagógica para que possa ser coerente com o modelo de sociedade vigente.

É o caso, por exemplo, de Demo (2004), que denomina nossa sociedade como sendo esta uma sociedade “intensiva” de conhecimento, para adequar-se a essa sociedade é preciso que o professor assuma uma postura estratégica, ocupando um lugar decisivo e formativo, para isso necessita de uma reconstrução completa, ou seja, saber renovar, reconstruir, refazer a profissão. Não basta hoje apenas o domínio sobre os conteúdos específicos de sua disciplina, visto que estes se desatualizam com o tempo, e sim, saber renovar-los de maneira permanente, este é o desafio do professor do século XXI.

O autor afirma ainda que professor não aquele que “dá aula”, ou seja reproduz o conhecimento, visto que hoje, com tanto avanço tecnológico, os computadores têm dado conta de reproduzir conhecimentos de maneira bastante satisfatória.

Dessa maneira, o professor deve ser responsável pela aprendizagem, instigar a emancipação dos alunos, possibilitar que estes sejam capazes de pesquisar, elaborar seus próprios conceitos, por meio da pesquisa, envolver-se no seu processo de aprendizagem, ou seja, estabelecer uma relação pedagógica com seu aluno, para este possa efetivamente aprender, compreender e apropriar-se do conhecimento. Nessa condição, o professor do futuro, como intitula Demo, em vez de insistir na relação pedagógica mediada basicamente por procedimentos reprodutivos, utilizando-se apenas de aulas expositivas, precisa voltar-se para a posição socrática e autopoética de fomentar no aluno a habilidade de saber pensar, contrapondo o positivismo das certezas e verdades com a habilidade de argumentar. Assegura ainda que o aluno que aprende a argumentar faz ciência e constrói sua cidadania.

Hoje existe quase que um consenso acerca das aulas instrucionistas e do quando estas pouco acrescentam na construção de conhecimento, sobre tudo porque caracteriza a condição do aluno como objeto de manipulação pedagógica, as aulas expositivas dificilmente proporcionam a reflexão por parte do aluno, talvez a informação sim, porém, na nossa era da informatização o computador também da conta de informar muito bem nossos alunos, então, qual seria o diferencial do professor? Seu diferencial está em possibilitar que tais informações se transformem em conhecimento realmente, que aluno possa articular essas informações e construir seu conhecimento acerca das mesmas, este é o desafio.

Demo (2004) afirma que o professor do futuro deve conduzir à pesquisa e elaboração própria, caso contrário o professor priva este da autonomia necessária para (re)construir o conhecimento, tornando-o dependente da ação docente, inseguro e adestrado frente às avaliações. Certamente isso exigirá do professor uma nova postura perante sua atuação, sobre tudo, com relação a sua formação profissional, ou seja, já não basta apenas que o professor se limite à apenas sua formação inicial, visto que a velocidade com que se da a evolução do conhecimento é muito grande, é necessário, pois, manter-se sempre em atualização e em processo de aprendizagem.

1.1 TEORIA DA EDUCAÇÃO, DIFERENTES CORRENTES DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO.

A educação é um processo de desenvolvimento da pessoa que se aperfeiçoa na interação social, evoluindo de acordo com a cultura do meio, modificando-a, criando-a e superando-a pelo processo de aprendizagem com o trabalho, com o lazer, com a leitura, através do ensino da família e na escola, nas conversas com os parceiros, pela observação e pela investigação.

O processo de ensino é uma criação moderna e contemporânea do que se fazia na tribo e na aldeia. Supõe uma especialização progressista e formal, científica do processo de desenvolvimento e aprendizagem para massas populacionais.

O ensino envolve colaboradores e elaboradores, instrumentos e materiais, espaços de organização e concentração como professores, escolas, tecnologias, sistematização, construção e re-construção de currículos e conteúdos, especialização de disciplinas, participação e interação.

As teorias procuram sistematizar a ação e ocorrência da aprendizagem, compreendendo seus caminhos e aperfeiçoando suas técnicas.

As teorias da educação podem ser agrupadas em três grandes correntes: comportamentalismo, cognitivismo, humanismo.

Esses grandes eixos das teorias da educação se subdividem em tendências que priorizam um ou outro enfoque da corrente com base no desenvolvimento, na psicologia, no comportamento, na reprodução, na imitação, na interação, na maturação, na experiência, etc.

Essas teorias partem de pressupostos científicos e de teorias do conhecimento formuladas a partir da filosofia, da metafísica e da ciência e procuram sustentar questionamentos inseridos em formulações sobre o quê e como, por que, se objetivo ou subjetivo, natural ou evidente e em que contexto da realidade, do que se está falando, de saber que, de saber como?

Na época moderna, essas idéias são as sínteses do pensamento de descartes (1596-1650) e locke (1632-1704).

A educação da verdade absoluta e a educação da tábula rasa, ou da mente como uma lousa em branco.

A corrente do comportamentalismo se baseia no estímulo que é dado ao sujeito e na resposta que o sujeito dá ao estímulo, a partir desse aspecto experimental a teoria procura explicar a aprendizagem que resultou desse processo, que infinitamente reproduzido como modelo constante desencadeia uma experiência satisfatória.

Ocorre a aprendizagem quando ocorre uma mudança de comportamento.

As tendências principais do comportamentalismo são a teoria do reflexo (consiste em testar no sujeito um condicionamento), teoria associacionista (consiste em testar no sujeito o estímulo, descartando as resposta insatisfatória), o behaviorismo de watson o fundador da corrente (consiste em testar no sujeito os saberes supostamente herdados com o nascimento em interação com o meio ambiente em oposição ou interação através de estímulos e reações, a conduta – behavior: em inglês) e o behaviorismo radical de skinner (consiste em testar no sujeito a mudança de comportamento sucessivamente com estímulos à resposta que se deseja encontrar).

A corrente do cognitivismo – o ato de conhecer – tem como precursor jean piaget (1896-1980) e se desenvolve a partir de seus estudos sobre o desenvolvimento do conhecimento no ser humano, na criança, na interação do sujeito-objeto, sobre quais os mecanismos e etapas que uma pessoa usa para adquirir conhecimento e transformar estruturas mentais interagindo com o meio ambiente e se aperfeiçoando internamente de uma forma orgânica e geneticamente complexa até a vida adulta, assimilando e acomodando o conhecimento em estruturas intelectuais.

Prevê, portanto, etapas, estágios para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem através da maturação, experiência, interação social e equilíbrio.

As principais tendências do cognitivismo são o construtivismo (consiste na conclusão de que as pessoas pensam de forma diferente em cada etapa da vida: com o pensamento intuitivo, com a elaboração de operações concretas, com a elaboração de operações formais), interacionismo (consiste na compreensão de que a cultura é o elo fundamental), e, aprendizagem significativa, cujo representante é o norte-americano david ausubel (1918-2008) e, (consiste na valorização do elemento da experiência do indivíduo), na disposição do aluno para aprender e naquilo que lhe é ofertado em sala de aula.

A teoria humanista desenvolve-se a partir de estudos diversos e de pressupostos básicos para sua abordagem, de que o comportamento advém da experiência subjetiva do indivíduo, de seu ponto de vista fenomenológico e de que não é simplesmente a resposta de um evento atual ou pretérito onde o aluno é o sujeito do processo de ensino aprendizagem.

Carls rogers (1902-1987), nos estados unidos com sua obra sobre a terapia centrada no cliente; lev semenovich vygotsky (1896-1934) na Rússia sobre a aprendizagem em sala de aula na obra sobre a formação social da mente; paulo freire (1921-1997) com sua obra sobre a pedagogia do oprimido, onde o educando cria sua própria educação (consiste na pedagogia crítica dos conteúdos, em uma abordagem dialética da pedagogia).

2 A DIDÁTICA E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DIDÁTICO: PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS, AVALIAÇÃO

Quando falamos no processo de ensino e aprendizagem, logo vem em mente como tornar uma aula atrativa e prazerosa, que incentive o aluno a querer aprender cada vez mais. Isso porque a aprendizagem não é resultado exclusivamente da necessidade ou vontade interna do indivíduo e sim de um processo em que o mesmo vai desenvolvendo, aperfeiçoando e modificando sua personalidade através de fatores externos, experiências e influências.

Cabe ao professor o papel de sistematizar os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos a partir de seu contexto social e proporcionar atividades dirigidas e orientadas, de modo a buscar novos significados a sua existência.

E é nesse momento que nos deparamos com a DIDÁTICA. A palavra Didática vem do grego techné didaktiké, que podemos traduzir como ‘a arte de ensinar’ isto porque a prática pedagógica efetivamente produz frutos quando o ensino é encarado como uma ação sistemática, que tem foco traçado, métodos escolhidos e recursos adequados a serem utilizados. O objetivo principal é aplicar seus princípios com a finalidade de desenvolver no indivíduo as habilidades cognitivas para torná-lo crítico e reflexivo e não apenas conhecer por conhecer.

O Professor tem o dever de garantir uma relação didática entre ensino e aprendizagem, levando sempre em consideração a formação individual da personalidade do aluno. A Didática tem grande relevância no processo de ensino e aprendizagem pois auxilia o professor a desenvolver métodos que favoreçam o desenvolvimento de habilidade cognoscitivas tornando mais fácil o processo de atividades dos indivíduos.

Então podemos, resumidamente, definir a didática como um conjunto de técnicas e preceitos que tem o objetivo de transmitir conhecimento, de um professor (aquele que transmite) para um aluno (aquele que recebe), servindo como um meio de facilitar o processo de aprendizagem

Ao falarmos sobre ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA, passamos por três momentos importantes: Planejamento, Execução e Avaliação. Esses momentos sempre se apresentam inacabados e flexíveis e estão abertos a novas reformulações, contribuições e modificações dos professores e dos próprios alunos, sempre buscando o aperfeiçoamento de maneira contínua e permanente sob os moldes das teorias mais contemporâneas.

Quando falamos em planejar o ensino, ou a ação didática, estamos prevendo as ações e os procedimentos que o professor vai realizar junto a seus alunos, e a organização das atividades discursivas e da experiência de aprendizagem, visando atingir os objetivos educacionais estabelecidos. Nesse sentido, o planejamento de ensino torna-se a operacionalização do currículo escolar.

Assim, no que se refere ao aspecto didático, segundo HAIDT (1995), planejar é:

Analisar as características da clientela (aspirações, necessidades e possibilidades dos alunos);

Refletir sobre os recursos disponíveis;

Definir os objetivos educacionais considerados mais adequados para a clientela em questão;

Selecionar e estruturar os conteúdos a serem assimilados, distribuídos ao longo do tempo disponível para o seu desenvolvimento;

Prever e organizar os procedimentos do professor, bem como as atividades e experiências de construção do conhecimento consideradas mais adequadas para a consecução dos objetivos estabelecidos;

Prever e escolher os recursos de ensino mais adequados para estimular a participação dos alunos nas atividades de aprendizagem;

E prever os procedimentos de avaliação mais condizentes com os objetivos propostos.

O processo de planejar o trabalho pedagógico da escola e o(s) projeto(s) que dele resulta(m), como forma de organizar e operacionalizar as finalidades sociais da escola, também podem ser compreendidos como condição indispensável para a escola contribuir para a superação da realidade predominante (DAMIS, 1996, p. 179)

Outro aspecto a ser lembrado é que o plano é apenas um roteiro, um instrumento de referência e, como tal, é abreviado, esquemático, sem colorido e aparentemente sem vida. Compete ao professor que o confeccionou dar-lhe vida, relevo e colorido no ato de sua execução, impregnando-o de sua personalidade e entusiasmo, enriquecendo-o com sua habilidade e expressividade. Para que o Planejamento Escolar seja produtivo e eficaz, é necessário que apresente:

- * objetividade;
- * ordem sequencial;
- * flexibilidade e
- * coerência

Cabendo ao educador, em conjunto com os demais membros da escola, adaptá-lo quando necessário.

Na fase de Gestão (desenvolvimento) a ênfase recai na ação do aluno e do professor. Gradativamente o trabalho desencadeado desenvolve e aprimora níveis de desempenhos desejados. Trata-se, segundo Gauthier et. al. (1998), de “um tipo de atividade que se relaciona de forma mais específica com a gestão da matéria e da classe durante a fase de interação com os alunos.” A gestão da matéria tem a ver com as atividades de aprendizagem, com o ensino explícito, com a utilização de perguntas pelos professores, com a quantidade de conteúdo.

O professor, na sala de aula, utiliza-se dos conteúdos da matéria para ajudar os alunos a desenvolverem competências e habilidades de observar a realidade, perceber as propriedades e características do objeto de estudo, estabelecer relações entre um conhecimento e outro, adquirir métodos de raciocínio, capacidade de pensar por si próprios, fazer comparações entre fatos e acontecimentos, formar conceitos para lidar com eles no dia-a-dia de modo que sejam instrumentos mentais para aplicá-los em situações da vida prática (LIBÂNEO 2001, pág. 09).

Neste contexto pretende-se que os conteúdos aplicados pelo professor tenham como fundamento não só a transmissão das informações de uma disciplina, mas que esses conteúdos apresentem relação com a realidade dos discentes e que sirvam para que os mesmos possam enfrentar os desafios impostos pela vida diária. Estes devem também proporcionar o desenvolvimento das capacidades intelectuais e cognitivas do aluno, que o levem ao desenvolvimento crítico e reflexivo acerca da sociedade que integram.

Os conteúdos de ensino devem ser vistos como uma relação entre os seus componentes, matéria, ensino e o conhecimento que cada aluno já traz consigo. Pois não basta apenas a seleção e organização lógica dos conteúdos para transmiti-los. Antes os conteúdos devem incluir elementos da vivência prática dos alunos para torná-los mais significativos, mais vivos, mais vitais, de modo que eles possam assimilá-los de forma ativa e consciente (LIBÂNEO, 1994 pág. 128). No trecho acima autor aponta para um elemento de fundamental importância na preparação da aula, a contextualização dos conteúdos. O aluno devera ser capaz de trazer o conteúdo apresentado pelo professor á sua experiência de vida ate então.

Podemos definir como Metodologia de Ensino as formas que o professor organiza as suas atividades de ensino e de seus alunos com a finalidade de atingir objetivos do trabalho docente em relação aos conteúdos específicos que serão aplicados. Os métodos de ensino regulam as formas de interação entre ensino e aprendizagem, professor e os alunos, na qual os resultados obtidos são a assimilação consciente de conhecimentos e desenvolvimento das capacidades cognitivas e operativas dos alunos. Importante ressaltar que os métodos de ensino dependem das ações imediatas em sala de aula, dos conteúdos específicos, de métodos particulares de cada disciplina e assimilação. Outro fator importante de se destacar e que esses métodos implicam o conhecimento das características dos alunos quanto à capacidade de assimilação de conteúdos conforme a idade e o nível de desenvolvimento mental e físico e suas características socioculturais e individuais.

Outro fator importante em relação a organização do processo didático e a organização da rotina , seja ela anual, semestral ou diária.

Essa organização anual significa conhecer a realidade e as necessidades da comunidade escolar, estabelecer metas e objetivos, destinar recursos financeiros e materiais e gerir tempo e pessoas. Assim, é possível antecipar problemas e antever ações para contribuir com o desenvolvimento educacional dos estudantes.

Em relação ao conteúdo desenvolvido em sala, é necessário que tenha uma devolutiva á ser entregue à equipe gestora, sejam em avaliações, relatórios e registros feitos bimestralmente e ao final do semestre avaliados de forma que sejam feitas (ou não) alterações ou correções a serem feitas para o próximo semestre seguinte.

A criança, ao ingressar na escola ou em um ambiente escolar novo necessita de um tempo para se adaptar a esse espaço, ate então novo e desconhecido. A rotina escolar, que é o conjunto de atividades que visam à organização do tempo que o aluno permanece na escola, deve apoiar-se na reprodução diária de momentos ali vividos e nos sinais que remetem às atividades do cotidiano escolar. Temos como rotinas diárias a apresentação dos alunos, a caracterização do dia (calendário e temperatura), leitura em voz alta pelo professor, chamada, ajudante do dia, correção da tarefa, lanche, entre outras. São essas atividades diárias que levam o aluno a ter a percepção de como é o ambiente escolar em que vive.

A avaliação escolar é uma tarefa didática necessária para o trabalho docente, que deve ser acompanhado passo a passo no processo de ensino e aprendizagem. Através da mesma, os resultados vão sendo obtidos no decorrer do trabalho em conjunto entre professores e alunos, a fim de constatar progressos, dificuldades e orientá-los em seus trabalhos para as correções necessárias. Libâneo (1994).

O Processo de Avaliação, de uma forma resumida seria a etapa final do processo de aprendizagem. O Professor avalia o aluno, em uma única prova para observar se o conteúdo trabalhado foi assimilado pelo aluno e através do desempenho do mesmo, uma nota . Porém essa e uma atitude totalmente ultrapassada e desca-

1 Planejamento e organização do trabalho pedagógico. 1.1 Processo de planejamento. 1.1.1 Concepção, importância, dimensões e níveis.	
1.2 Planejamento participativo. 1.2.1 Concepção, construção, acompanhamento e avaliação. 1.3 Planejamento escolar. 1.3.1 Planos da escola, do ensino e da aula.	01
2 Currículo do proposto à prática.	05
3 Tecnologias da Informação e comunicação na educação.	10
4 Educação a distância.	15
5 Educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos.	17
6 Educação integral.	25
7 Educação do campo.	31
8 Educação ambiental.	34
9 Fundamentos legais da Educação especial/inclusiva e o papel do professor.	35
10 Educação/sociedade e prática escolar.	51
11 Tendências pedagógicas na prática escolar.	57
12 Didática e prática histórico-cultural. 13 A didática na formação do professor.	58
14 Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas.	67
15 Coordenação Pedagógica como espaço de formação continuada.	73
16 Processo ensino-aprendizagem.	75
17 Relação professor/aluno.	79
18 Compromisso social e ético do professor.	82
19 Componentes do processo de ensino. 19.1 Objetivos; conteúdos; métodos; estratégias pedagógicas e meios.	94
20 Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento.	95
21 Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas.	100
22 O papel políticopedagógico e organicidade do ensinar, aprender e pesquisar. 22.1 Função histórico-cultural da escola. 22.2 Escola.	
22.2.1 Comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural.	101
23 Projeto político-pedagógico da escola. 23.1 Concepção, princípios e eixos norteadores.	103
24 Políticas Públicas para a Educação Básica.	109
25 Gestão Democrática.	112

1 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO. 1.1 PROCESSO DE PLANEJAMENTO. 1.1.1 CONCEPÇÃO, IMPORTÂNCIA, DIMENSÕES E NÍVEIS. 1.2 PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO. 1.2.1 CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO. 1.3 PLANEJAMENTO ESCOLAR. 1.3.1 PLANOS DA ESCOLA, DO ENSINO E DA AULA.

A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil deve ser orientada pelo princípio básico de procurar proporcionar, à criança, o desenvolvimento da autonomia, isto é, a capacidade de construir as suas próprias regras e meios de ação, que sejam flexíveis e possam ser negociadas com outras pessoas, sejam eles adultos ou crianças.

Para se organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil se faz necessário antes de tudo, conhecer o grupo de crianças com os quais se irá trabalhar e conseqüentemente partir para o estabelecimento de uma seqüência de atividades diárias conforme as necessidades delas.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação (RCNEI) traz orientações sobre como organizar o trabalho didático com a criança de 0 a 5 anos de idade, para o estabelecimento da rotina e, explica que:

A rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas. A apresentação de novos conteúdos às crianças requer sempre as mais diferentes estruturas didáticas, desde contar uma nova história, propor uma técnica diferente de desenho até situações mais elaboradas, como, por exemplo, o desenvolvimento de um projeto, que requer um planejamento cuidadoso com um encadeamento de ações que visam a desenvolver aprendizagens específicas. Estas estruturas didáticas contêm múltiplas estratégias que são organizadas em função das intenções educativas expressas no projeto educativo, constituindo-se em um instrumento para o planejamento do professor. Podem ser agrupadas em três grandes modalidades de organização do tempo. São elas: atividades permanentes, seqüência de atividades e projetos de trabalho. (BRASIL, 1989, p. 54-55, v.1).

Portanto, uma proposta pedagógica para o trabalho com as crianças envolveria a organização de diferentes atividades com variados materiais e em espaços físicos determinados para cada grupo de crianças. Com o ambiente organizado a criança procura explorar e descobrir aquilo que é familiar e o que é novo desconhecido, a criança age num clima de maior estabilidade e segurança.

Diversificação das Atividades

Atividades permanentes

São aqueles que respondem às necessidades básicas de cuidados, aprendizagem e de prazer para as crianças, cujos conteúdos necessitam de uma constância. A escolha dos conteúdos que definem o tipo de atividades permanentes a serem realizadas com frequência regular, diária ou semanal em cada grupo de crianças depende das prioridades elencadas a partir da proposta curricular.

Consideram-se atividades permanentes, entre outras: as brincadeiras no espaço interno e externo, roda de história, roda de conversa, ateliês ou oficinas de desenho, pintura, modelagem e música, atividades diversificadas ou ambientes organizados por temas ou matérias à escolha da criança e cuidados com o corpo. Os cantinhos são, dentro da rotina da Educação Infantil, uma das atividades permanentes, ou seja, uma das situações propostas com regularidade cujo objetivo é constituir atitudes ou desenvolver hábitos.

Seqüência de atividades

As sequências de atividades são planejadas e orientadas com o objetivo de promover uma aprendizagem específica e definida. São sequenciadas com o objetivo de oferecer desafios com graus diferentes de complexidade para que as crianças possam ir paulatinamente resolvendo problemas a partir de diferentes proposições. Essas seqüências derivam de um conteúdo retirado de um dos eixos a serem trabalhados e estão necessariamente dentro de um contexto específico.

Projeto de trabalho

São conjuntos de atividades que trabalham com os conhecimentos específicos construídos a partir de um dos eixos de trabalho que se organizam ao redor de um problema para resolver ou um produto final que se quer obter. Possui uma duração que pode variar conforme o objetivo, o desenrolar de várias etapas, o desejo e o interesse das crianças pelo assunto tratado. Comporta uma grande dose de imprevisibilidade podendo ser alterado sempre que necessário, tendo inclusive modificações no produto final. É importante que os desafios apresentados sejam possíveis de serem enfrentados pelo grupo de crianças. Os projetos contêm seqüência de atividades permanentes já em curso.

Um dos ganhos de se trabalhar com projetos é possibilitar às crianças que a partir de um assunto relacionado com um dos eixos de trabalho, possam estabelecer complementações com conhecimentos pertinentes aos diferentes eixos. Esse aprendizado serve de referência para outras situações, permitindo generalizações de ordens diversas.

Diante de todas as atividades realizadas na Educação Infantil dispostas acima é imprescindível não deixar de falar do brincar, pois o brincar é a atividade principal da criança. É através da brincadeira que ela expressa o que pensa, o que sente e se apropria do mundo que está a sua volta.

Para Vygotsky (1996) e Benjamim (1984), o jogo facilita o desenvolvimento da imaginação e da criatividade destacando que a imaginação nasce no jogo e, para eles, antes do aparecimento do jogo não há imaginação (apud SANTOS, 2001, p. 160)

Ainda segundo Vygotsky(1996):

O brinquedo contribui para o desenvolvimento da língua escrita na medida em que, sendo simbolismo de primeira ordem (representação do significado), prepara para a escrita, que é simbolismo de segunda ordem (apud SANTOS, 2001p. 160)

O brincar na Educação Infantil não deve ser visto como um tempo de descanso depois de uma atividade mais formal e sim como uma parte das experiências que as crianças vivem dentro deste espaço. Elas brincam nos cantinhos, no parque e nas atividades propostas pelas professoras no pátio. Nestes momentos, elas representam papéis, exploram os espaços, fazem combinados com os colegas, se envolvem em conflitos, buscam formas de solução e, desta maneira, tecem novas relações e vão construindo conhecimentos a partir da experiência que vivem.

O jogo está presente no cotidiano da criança que desenha, canta, rima, representa, chuta a bola ou pula corda. Na verdade, para a criança quase toda atividade é um jogo, e é por meio do jogo que ela constrói grande parte de seu conhecimento. Quando isso acontece, a situação ensino-aprendizagem fica caracterizada pelo aspecto lúdico e prazeroso em que o erro passa a ser aceito naturalmente e a interação com o outro é espontânea.

A brincadeira vista no campo educacional, é de suma importância. E principalmente na pré-escola, porque o brincar possibilita a construção de uma identidade infantil autônoma, crítica e criativa, ou seja, permite a formação de futuros cidadãos críticos e transformadores da realidade em que vivem. (BOIKO; ZAMBERLAN, 2001).

Enfim, para que a brincadeira seja entendida e considerada em sua função pedagógica, ela precisa ser garantida e isto se faz considerando uma série de fatores. Entre eles destaca-se o ambiente físico, o tempo, a rotina escolar, o preparo de professores e educadores, aspectos que podem estimular, propiciar e garantir sua ocorrência no contexto pré-escolar.

A rotina é fundamental para a organização das atividades diárias nas diversas instituições de ensino. No caso da Educação Infantil, além do aspecto organizacional das creches e pré-escolas, ela promove a segurança e autonomia das crianças. O professor que atua nesse nível de ensino pode organizar a rotina de sua turma a partir de diversos momentos, tais como: hora da roda, hora das atividades, hora do lanche, hora da higiene, hora da brincadeira e hora das atividades extraclasse. Acreditamos que a rotina escolar não pode ser tratada de uma forma mecânica, pelo contrário, toda atividade desenvolvida e os horários e espaços determinados para a realização das ações devem ser planejadas visando favorecer o trabalho pedagógico e as necessidades das crianças. Portanto, esperamos que o presente artigo promova um repensar sobre o trabalho que é desenvolvido na Educação Infantil e possa contribuir para uma reflexão sobre as rotinas estabelecidas nessas instituições.¹

Planejamento: concepções

O planejamento não deve ser tomado apenas como mais um procedimento administrativo de natureza burocrática, decorrente de alguma exigência superior ou mesmo de alguma instância externa à instituição. Ao contrário, ele deve ser compreendido como mecanismo de mobilização e articulação dos diferentes sujeitos, segmentos e setores que constituem essa instituição e participam da mesma.

A preocupação com o planejamento se desenvolveu, principalmente, no mundo do trabalho, no contexto das teorias administrativas do campo empresarial.

Essas teorias foram se constituindo nas chamadas escolas de administração, que têm influenciado o campo da administração escolar. Para muitos teóricos e profissionais, os princípios por elas defendidos seriam aplicáveis em qualquer campo da vida social e ou do setor produtivo, inclusive na gestão da educação e da escola.

Essa influência deixa suas marcas também no que se refere ao planejamento, à medida que o mesmo assumiu uma centralidade cada vez maior, a partir dos princípios e métodos definidos por Taylor e os demais teóricos que o seguiram. Isso porque, a partir do taylorismo, assim como das teorias administrativas que o tomaram como referência, uma das principais tarefas atribuídas à gerência foram o planejamento e o controle do processo de trabalho.

Na verdade, o formalismo e a burocratização do processo de planejamento no campo educacional decorrem, em boa medida, das marcas deixadas pelos modelos de organização do trabalho voltados, essencialmente, para a busca de uma maior produtividade, eficiência e eficácia da gestão e do funcionamento da escola. Isso secundariza os processos participativos, de trabalho coletivo e do compromisso social, requeridos pela perspectiva da gestão democrática da educação. É o caso, por exemplo, dos modelos e das concepções de planejamento orientadas pelo horizonte do planejamento tradicional ou normativo e do planejamento estratégico.

Mas, em contraposição a esses modelos, se construiu a perspectiva do planejamento participativo.

O planejamento tradicional ou normativo

O **planejamento tradicional ou normativo** trabalha em uma perspectiva em que o planejamento é definido como mecanismo por meio do qual se obteria o controle dos fatores e das variáveis que interferem no alcance dos objetivos e resultados almejados. Nesse sentido, ele assume um caráter determinista em que o objeto do plano, a realidade, é tomada de forma estática, passiva, pois, em tese, tende a se submeter às mudanças planejadas.

Ao lado dessas características, outros elementos marcam o planejamento normativo:

- Há uma ênfase nos procedimentos, nos modelos já estruturados, na estrutura organizacional da instituição, no preenchimento de fichas e formulários, o que reduz o processo de planejamento a um mero formalismo.

- O planejador é visto como o principal agente de mudança, desconsiderando-se os fatores sociais, políticos, culturais que engendram a ação, o que se traduz numa visão messiânica daquele que planeja. Essa visão do planejador geralmente conduz a certo voluntarismo utópico.

- Ao mesmo tempo em que, por um lado, há uma secundarização das dimensões social, política, cultural da realidade, por outro lado, prevalece a tendência de se explicar essa realidade e as mudanças que nela acontecem como resultantes, basicamente, da dimensão econômica que a permeia.

O planejamento estratégico

O planejamento estratégico, por sua vez, se desenvolveu dentro de uma concepção de administração estratégica que se articula aos modelos e padrões de organização da produção, construídos no contexto das mudanças do mundo do trabalho e da acumulação flexível, a partir da segunda metade do século XX. Essa concepção de administração e de planejamento procura definir a direção a ser seguida por determinada organização, especialmente no que se refere ao âmbito de atuação, às macropolíticas e às políticas funcionais, à filosofia de atuação, aos macroobjetivos e aos objetivos funcionais, sempre com vistas a um maior grau de interação dessa organização com o ambiente.

Essa interação com o ambiente, no entanto, é compreendida como a análise das oportunidades e ameaças do meio ambiente, de forma a estabelecer objetivos, estratégias e ações que possibilitem um aumento da competitividade da empresa ou da organização.

Em síntese, o planejamento estratégico concebe e realiza o planejamento dentro um modelo de decisão unificado e homogeneizador, que pressupõe os seguintes elementos básicos:

- *determinação do propósito organizacional em termos de valores, missão, objetivos, estratégias, metas e ações, com foco em priorizar a alocação de recursos*

- *análise sistemática dos pontos fortes e fracos da organização, inclusive com a descrição das condições internas de resposta ao ambiente externo e à forma de modificá-las, com vistas ao fortalecimento dessa organização*

- *delimitação dos campos de atuação da organização*

- *engajamento de todos os níveis da organização para a consecução dos fins maiores.*

Em contraposição a esses modelos de planejamento, a perspectiva da gestão democrática da educação e da escola pressupõe o planejamento participativo como concepção e modelo de planejamento. O planejamento participativo deve, pois, enquanto metodologia de trabalho, constituir a base para a construção e para a realização do Projeto Político-pedagógico da escola.

¹ Fonte: www.pedagogia.com.br

O planejamento participativo não possui um caráter meramente técnico e instrumental, à medida que parte de uma leitura de mundo crítica, que apreende e denuncia o caráter excludente e de injustiça presente em nossa realidade. As características de tal realidade, por sua vez, decorrem, dentre outros fatores, da falta ou da impossibilidade de participação e do fato de a atividade humana acontecer em todos os níveis e aspectos. Nessa perspectiva, a participação se coloca como requisito fundamental para uma nova educação, uma nova escola, uma nova ordem social, uma participação que pressupõe e aponta para a construção coletiva da escola e da própria sociedade.

O planejamento participativo na educação e na escola traz consigo, ainda, duas dimensões fundamentais: o trabalho coletivo e o compromisso com a transformação social.

O trabalho coletivo implica uma compreensão mais ampla da escola. É preciso que os diferentes segmentos e atores que constroem e reconstruem a escola apreendam suas várias dimensões e significados. Isso porque o caráter educativo da escola não reside apenas no espaço da sala de aula, nos processos de ensino e aprendizagem, mas se realiza, também, nas práticas e relações que aí se desenvolvem. A escola educa não apenas nos conteúdos que transmite, à medida que o processo de formação humana que ali se desenvolve acontece também nos momentos e espaços de diálogo, de lazer, nas reuniões pedagógicas, na postura de seus atores, nas práticas e modelos de gestão vivenciados.

De outra parte, o compromisso com a transformação social coloca como horizonte a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária, e uma das tarefas da educação e da escola é contribuir para essa transformação.

Por certo, como já analisamos em outros momentos neste curso, a escola pode desempenhar o papel de instrumento de reprodução do modelo de sociedade dominante, à medida que reproduz no seu interior o individualismo, a fragmentação social e uma compreensão ingênua e pragmática da realidade, do conhecimento e do próprio homem.

Em contrapartida, a educação e a escola articuladas com a transformação social implicam uma nova compreensão do conhecimento, tomado agora como saber social, construção histórica, instrumento para compreensão e intervenção crítica na realidade. Concebem o homem na sua totalidade e, portanto, visam a sua formação integral: biológica, material, social, afetiva, lúdica, estética, cultural, política, entre outras.

A partir dos aspectos aqui destacados, é possível definir os seguintes elementos básicos que definem e caracterizam o planejamento participativo:

- Distanciam-se daqueles modelos de organização do trabalho que separa, no tempo e no espaço, quem toma as decisões de quem as executa,
- Conduzem à práxis (ver conceito na Sala Ambiente Projeto Vivencial) enquanto ação de forma refletida, pensada,
- Pressupõem a unidade entre pensamento e ação,
- O poder é exercido de forma coletiva,
- Implicam a atuação permanente e organizada de todos os segmentos envolvidos com o trabalho educativo,
- Constituem-se num avanço, na perspectiva da superação da organização burocrática do trabalho pedagógico escolar, assentado na separação entre teoria e prática.

O trabalho coletivo e o compromisso com a transformação social colocam, pois, o planejamento participativo como perspectiva fundamental quando se pretende pensar e realizar a gestão democrática da escola. Ao mesmo tempo, essa concepção e esse modelo de planejamento se constituem como a base para a construção do Projeto Político-pedagógico da escola.

O planejamento participativo implica, ainda, o aprofundamento crescente, a discussão e a reflexão sobre o tema da participação. Sobre essa temática, na Sala Ambiente Projeto Vivencial, importantes elementos são destacados também.

Referência:

SILVA, M. S. P. Planejamento e Práticas da Gestão Escolar. Planejamento: concepções. Escola de gestores. MEC.

PLANEJAMENTO DE ENSINO

Em se tratando da prática docente, faz-se necessário ainda mais desenvolver um planejamento. Neste caso, o ensino, tem como principal função garantir a coerência entre as atividades que o professor faz com seus alunos e, além disso, as aprendizagens que pretende proporcionar a eles. Então, pode-se dizer que a forma de planejar deve focar a relação entre o ensinar e o aprender.

Dentro do planejamento de ensino, deve-se desenvolver um processo de decisão sobre a atuação concreta por parte dos professores, na sua ação pedagógica, envolvendo ações e situações do cotidiano que acontecem através de interações entre alunos e professores.

O professor que deseja realizar uma boa atuação docente sabe que deve participar, elaborar e organizar planos em diferentes níveis de complexidade para atender, em classe, seus alunos. Pelo envolvimento no processo ensino-aprendizagem, ele deve estimular a participação do aluno, a fim de que este possa, realmente, efetuar uma aprendizagem tão significativa quanto o permitam suas possibilidades e necessidades.

O planejamento, neste caso, envolve a previsão de resultados desejáveis, assim como também os meios necessários para os alcançar. A responsabilidade do mestre é imensa. Grande parte da eficácia de seu ensino depende da organicidade, coerência e flexibilidade de seu planejamento.

O planejamento de ensino é que vai nortear o trabalho do professor e é sobre ele que far-se-á uma reflexão maior neste texto.

Fases do planejamento de ensino e sua importância no processo de ensino-aprendizagem

O planejamento faz parte de um processo constante através do qual a preparação, a realização e o acompanhamento estão intimamente ligados. Quando se revisa uma ação realizada, prepara-se uma nova ação num processo contínuo e sem cortes. No caso do planejamento de ensino, uma previsão bem-feita do que será realizado em classe, melhora muito o aprendizado dos alunos e aperfeiçoa a prática pedagógica do professor. Por isso é que o planejamento deve estar "recheado" de intenções e objetivos, para que não se torne um ato meramente burocrático, como acontece em muitas escolas. A maneira de se planejar não deve ser mecânica, repetitiva, pelo contrário, na realização do planejamento devem ser considerados, combinados entre si, os seguintes aspectos:

- 1) Considerar os alunos não como uma turma homogênea, mas a forma singular de apreender de cada um, seu processo, suas hipóteses, suas perguntas a partir do que já aprenderam e a partir das suas histórias;
- 2) Considerar o que é importante e significativo para aquela turma. Ter claro onde se quer chegar, que recorte deve ser feito na História para escolher temáticas e que atividades deverão ser implementadas, considerando os interesses do grupo como um todo.

Para considerar os conhecimentos dos alunos é necessário propor situações em que possam mostrar os seus conhecimentos, suas hipóteses durante as atividades implementadas, para que assim forneçam pistas para a continuidade do trabalho e para o planejamento das ações futuras.

É preciso pensar constantemente para quem serve o planejamento, o que se está planejando e para quem vão servir as suas ações.

Algumas indagações auxiliam quando se está construindo um planejamento. Seguem alguns exemplos:

- *O que pretende-se fazer, por quê e para quem?*
- *Que objetivos pretendem-se alcançar?*
- *Que meios/estratégias são utilizados para alcançar tais objetivos?*
- *Quanto tempo será necessário para alcançar os objetivos?*
- *Como avaliar se os resultados estão sendo alcançados?*

É a partir destas perguntas e respectivas respostas que são determinadas algumas fases dentro do planejamento:

- *Diagnóstico da realidade;*
- *Definição do tema e Fase de preparação;*
- *Avaliação.*

Dentro desta perspectiva, Planejar é: elaborar – decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir essa distância e para contribuir mais para o resultado final estabelecido; executar – agir em conformidade com o que foi proposto; e avaliar – revisar sempre cada um desses momentos e cada uma das ações, bem como cada um dos documentos deles derivados”(GANDIN, 2005, p.23).

Fases do Planejamento

Diagnóstico da Realidade:

Para que o professor possa planejar suas aulas, a fim de atender as necessidades dos seus alunos, a primeira atitude a fazer, é “sondar o ambiente”. O médico antes de dizer com certeza o que seu paciente tem, examina-o, fazendo um “diagnóstico” do seu problema. E, da mesma forma, deve acontecer com a prática de ensino: o professor deve fazer uma sondagem sobre a realidade que se encontram os seus alunos, qual é o nível de aprendizagem em que estão e quais as dificuldades existentes. Antes de começar o seu trabalho, o professor deve considerar, segundo Turra et alii, alguns aspectos, tais como:

- as reais possibilidades do seu grupo de alunos, a fim de melhor orientar suas realizações e sua integração à comunidade;
- a realidade de cada aluno em particular, objetivando oferecer condições para o desenvolvimento harmônico de cada um, satisfazendo exigências e necessidades biopsicossociais;
- os pontos de referência comuns, envolvendo o ambiente escolar e o ambiente comunitário;
- suas próprias condições, não só como pessoa, mas como profissional responsável pela orientação adequada do trabalho escolar.

A partir da análise da realidade, o professor tem condições de elaborar seu plano de ensino, fundamentado em fatos reais e significativos dentro do contexto escolar.

Definição do tema e preparação:

Feito um diagnóstico da realidade, o professor pode iniciar o seu trabalho a partir de um tema, que tanto pode ser escolhido pelo professor, através do julgamento da necessidade de aplicação do mesmo, ou decidido juntamente com os alunos, a partir do interesse deles. Planejar dentro de uma temática, denota uma preocupação em não fragmentar os conhecimentos, tornando-os mais significativos.

Na fase de preparação do planejamento são previstos todos os passos que farão parte da execução do trabalho, a fim de alcançar a concretização e o desenvolvimento dos objetivos propostos, a partir da análise do contexto da realidade. Em outras palavras, pode-se dizer que esta é a fase da decisão e da concretização das ideias.

A tomada de decisão é que respalda a construção do futuro segundo uma visão daquilo que se espera obter [...] A tomada de decisão corresponde, antes de tudo, ao estabelecimento de um compromisso de ação sem a qual o que se espera não se converterá em realidade. Cabe ressaltar que esse compromisso será tanto mais sólido, quanto mais seja fundamentado em uma visão crítica da realidade na qual nos incluímos. A tomada de decisão implica, portanto, nossa objetiva e determinada ação para tornar concretas as situações vislumbradas no plano das ideias.

Nesta fase, ainda, serão determinados, primeiramente os objetivos gerais e, em seguida, os objetivos específicos. Também são selecionados e organizados os conteúdos, os procedimentos de ensino, as estratégias a serem utilizadas, bem como os recursos, sejam eles materiais e/ou humanos.

Avaliação

É por meio da avaliação que, segundo Lück, poder-se-á:

- a) demonstrar que a ação produz alguma diferença quanto ao desenvolvimento dos alunos;
- b) promover o aprimoramento da ação como consequência de sugestões resultantes da avaliação. Além disso, toda avaliação deve estar intimamente ligada ao processo de preparação do planejamento, principalmente com seus objetivos. Não se espera que a avaliação seja simplesmente um resultado final, mas acima de tudo, seja analisada durante todo o processo; é por isso que se deve planejar todas as ações antes de iniciá-las, definindo cada objetivo em termos dos resultados que se esperam alcançar, e que de fato possa ser atingível pelo aluno. As atividades devem ser coerentes com os objetivos propostos, para facilitar o processo avaliativo e devem ser elaborados instrumentos e estratégias apropriadas para a verificação dos resultados.

A avaliação é algo mais complexo ainda, pois está ligada à prática do professor, o que faz com que aumente a responsabilidade em bem planejar. Dalmás fala sobre avaliação dizendo que:

Assumindo conscientemente a avaliação, vive-se um processo de ação-reflexão-ação. Em outras palavras, parte-se do planejamento para agir na realidade sobre a qual se planejou, analisam-se os resultados, corrige-se o planejado e retorna-se à ação para posteriormente ser esta novamente avaliada.

Como se pode perceber, a avaliação só vem auxiliar o planejamento de ensino, pois é através dela que se percebem os progressos dos alunos, descobrem-se os aspectos positivos e negativos que surgem durante o processo e busca-se, através dela, uma constante melhoria na elaboração do planejamento, melhorando consequentemente a prática do professor e a aprendizagem do aluno. Portanto, ela passa a ser um “norte” na prática docente, pois, “faz com que o grupo ou pessoa localize, confronte os resultados e determine a continuidade do processo, com ou sem modificações no conteúdo ou na programação”.

Importância do planejamento no processo de ensino-aprendizagem

Nos últimos anos, a questão de como se ensina tem se deslocado para a questão de como se aprende. Frequentemente ouvia-se por parte dos professores, a seguinte expressão: “ensinei bem de acordo com o planejado, o aluno é que não aprendeu”. Esta expressão era muito comum na época da corrente tecnicista, em que se privilegiava o ensino. Mas quando, ao passar do tempo, foi-se refletindo sobre a questão da construção do conhecimento, o questionamento foi maior, no sentido da preocupação com a aprendizagem.

No entanto, não se quer dizer aqui que só se deve pensar na questão do aprendizado. Se realmente há a preocupação com a aprendizagem, deve-se questionar se a forma como se planeja tem em mente também o ensino, ou seja, deve haver uma correlação entre ensino-aprendizagem.

A aprendizagem na atualidade é entendida dentro de uma visão construtivista como um resultado do esforço de encontrar significado ao que se está aprendendo. E esse esforço é obtido através da construção do conhecimento que acontece com a assimilação, a acomodação dos conteúdos e que são relacionados com antigos conhecimentos que constantemente vão sendo reformulados e/ou “reesquematizados” na mente humana.

Numa perspectiva construtivista, há que se levar em conta os conhecimentos prévios dos alunos, a aprendizagem a partir da necessidade, do conflito, da inquietação e do desequilíbrio tão falado na teoria de Piaget. E é aí que o professor, como mediador do processo de ensino-aprendizagem, precisa definir objetivos e os rumos da ação pedagógica, responsabilizando-se pela qualidade do ensino.

Essa forma de planejar considera a processualidade da aprendizagem cujo avanço no processo se dá a partir de desafios e problematizações. Para tanto, é necessário, além de considerar os conhecimentos prévios, compreender o seu pensamento sobre as questões propostas em sala de aula.

O ato de aprender acontece quando o indivíduo atualiza seus esquemas de conhecimento, quando os compara com o que é novo, quando estabelece relações entre o que está aprendendo com o que já sabe. E, isso exige que o professor proponha atividades que instiguem a curiosidade, o questionamento e a reflexão frente aos conteúdos. Além disso, ao propiciar essas condições, ele exerce um papel ativo de mediador no processo de aprendizagem do aluno, intervindo pedagogicamente na construção que o mesmo realiza.

Para que de fato, isso aconteça, o professor deve usar o planejamento como ferramenta básica e eficaz, a fim de fazer suas intervenções na aprendizagem do aluno. É através do planejamento que são definidos e articulados os conteúdos, objetivos e metodologias são propostas e maneiras eficazes de avaliar são definidas. O planejamento de ensino, portanto, é de suma importância para uma prática eficaz e conseqüentemente para a concretização dessa prática, que acontece com a aprendizagem do aluno.

Se de fato o objetivo do professor é que o aluno aprenda, através de uma boa intervenção de ensino, planejar aulas é um compromisso com a qualidade de suas ações e a garantia do cumprimento de seus objetivos.

Referência:

KLOSOWSKI, S. S.; REALI, K. M. Planejamento de Ensino como Ferramenta Básica do Processo Ensino-Aprendizagem. UNICENTRO - Revista Eletrônica Lato Sensu, 2008.

Planejando as aulas

Planejar as atividades é o meio pelo qual se procura otimizar o tempo e garantir os objetivos que se pretende atingir. Na área da educação o planejamento adquire fundamental importância uma vez que se tem como intenção maior o processo de aprendizagem dos educandos. Nesse sentido é preciso seguir às seguintes perguntas:

- . quais os objetivos de aprendizagem que se pretende alcançar?
- . em quanto tempo é preciso para executar as atividades de ensino?
- . de que modo, ou como, executar as atividades de ensino?
- . quais recursos didáticos serão necessários?
- . o que e como analisar o processo de ensino e de aprendizagem a fim de avaliar se os objetivos estão sendo alcançados?

As perguntas acima circulam o trabalho docente em todas as etapas do planejamento do processo de ensino. O planejamento se dá por várias formas. Entre elas destacamos o plano de ensino e o plano de aula.

Os termos planejamento de ensino e plano de ensino são tomados, normalmente, na linguagem corrente da escola, como sinônimos. No entanto, eles não querem dizer a mesma coisa. O planejamento de ensino é o processo que envolve “a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações, o tempo todo, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos” (Fusari, 1989, p.10). Assim, ele requer o conhecimento da realidade escolar, tanto quanto espaço inserido na sociedade local, quanto a realidade dos estudantes de uma determinada classe. Como etapa do planejamento de ensino se tem, ainda, a própria elaboração do plano, a execução, a avaliação e o aperfeiçoamento do mesmo.

Por sua vez, o plano de ensino é um documento mais elaborado, contendo a(s) proposta(s) de trabalho, os objetivos e as tarefas do trabalho docente para um ano ou semestre letivo em torno da disciplina e dos conteúdos previstos em currículo. Como documento, o plano de ensino é dividido por unidades seqüências, no qual se situam: a justificativa e os pressupostos da disciplina, os objetivos gerais e específicos, os conteúdos, o desenvolvimento metodológico e a bibliografia.

O currículo não se traduz apenas em um documento oficial que delimita diretrizes àquilo que deve ser ensinado nas escolas. Ele é um processo que se dá na confluência entre as práticas docentes e as demandas sociais. Por isso, para além de se considerar as necessidades de formação na elaboração de um currículo, este deve ser analisado em todo o processo, pois faz surgir o currículo *moldado pelos professores*, o currículo *em ação*, o currículo *realizado* e o currículo *avaliado*.

Planejar as atividades de ensino é o meio pelo qual se procura otimizar o tempo e garantir os objetivos que se pretende atingir. Por isso, o planejamento, o plano de ensino e o plano de aula se constituem como ferramentas para auxiliar o trabalho docente na busca dos objetivos de ensino e de aprendizagem.

2 CURRÍCULO DO PROPOSTO À PRÁTICA.

Os documentos, os textos, os planejamentos, os planos e as tarefas são, para Sacristán e Gómez (1998), as “fotos fixas” que reflete de maneira aproximada aquilo que deve ser o processo de ensino na interligação entre diversas etapas.